

Bilhões para mentir e manipular eleitor

Documentário revela

esquema criminoso

que fraudou eleições



Reprodução do Twitter



Eduardo Bolsonaro com Steven Bannon, pivô do fake

CPI quer ouvir o chefe do "gabinete do ódio", o 02, Carlos Bolsonaro

O vereador Carlos Bolsonaro, "o zero dois" do clã de Jacarepaguá, que comanda o chamado "gabinete do ódio" de Bolsonaro, deverá ser convocado para a CPI que investiga o uso criminoso das redes sociais, conhecida como CPI das fake news. Este método ilegal de falsificar notícias foi usado em algumas eleições mundo afora e, inclusive, no Brasil, criando o que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, considera um "mundo que viraliza o ódio às instituições". O documentário francês, "Driblando a Democracia", descreve com detalhes a trama que envolve as fake news do fascismo. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira



O caso Janot

Se existe algo de que o país não precisava neste momento, com Bolsonaro no Planalto, é essa confusão aprontada pelo ex-procurador geral da República Rodrigo Janot - com o sr. Gilmar Mendes autopromovido a semi-mártir; a PF - por ordem "de ofício" (ou seja, sem nenhum pedido, seja da polícia ou do Ministério Público) do ministro Alexandre de Moraes, em um inquérito que nada tem a ver com Janot - fazendo batidas na casa do ex-procurador para encontrar uma pistola velha etc., etc., etc., etc., & etc. **Página 3**

Witzel diz que vai reclamar na ONU do genocídio que ele próprio pratica

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), disse que irá à Organização das Nações Unidas (ONU) para conter "o genocídio" praticado por ele mesmo no estado. Seria até engraçado se não fosse trágico. **Página 4**

"Leilão do pré-sal hipoteca futuro do país por migalhas", afirma Ildo

Gabriela Korossy - Camara dos Deputados



O professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP, e ex-diretor da Petrobrás, alertou o país, em entrevista ao HP, para a gravidade das decisões tomadas pelo governo em relação à privatização da Petrobrás e à venda de campos de petróleo do Pré-Sal, no chamado megaleilão, programado para novembro deste ano. "A privatização e o desmonte do setor energético é um crime contra o país e trará sequelas profundas e irreversíveis para o desenvolvimento do país", disse Sauer. "E o pior é que eles vão desnacionalizar e não vão colocar nada no lugar de tudo isso que foi construído pelo Brasil nas últimas décadas", acrescentou o professor. **Pág. 2**

'A licença para matar corrompe as boas polícias', disse Jungmann

O ex-ministro da Defesa e Segurança Pública Raul Jungmann afirmou que a "licença para matar corrompe as boas polícias, destroi a hierarquia e a disciplina, cria comandos paralelos e perverte moralmente os bons policiais". "A opinião pública que chancela e aplaude a licença para matar, não faz ideia do monstro que ajuda a criar e que inexoravelmente se associará ao crime organizado", advertiu. **Página 3**

Subemprego em agosto é recorde: 38,8 milhões de pessoas atingidas

O número de trabalhadores no mercado informal bateu recorde, segundo dados do IBGE, do trimestre encerrado em agosto. 41,1% da população que se declarou ocupada trabalha sem carteira assinada - sem renda fixa e sem direitos. **P. 2**



França se despede de Chirac

A França se despediu nesta segunda-feira (30) do ex-presidente Jacques Chirac, que morreu na quinta-feira aos 86 anos. Tido por muitos como o "último gaullista", Chirac se recusou a endossar a guerra dos EUA contra o Iraque. Milhares de pessoas prestaram sua última homenagem no Palácio dos Inválidos no domingo, apesar da chuva e vento. **Página 7**

Itaú anuncia a demissão de 6,9 mil trabalhadores

BC: PIB de 2019 será menor do que em 2018

O Banco Central elevou a estimativa de crescimento da economia de 0,82% para 0,9% em 2019, segundo o relatório trimestral de inflação, divulgado nesta quinta-feira (26). A expectativa é deprimida em relação ao que esperavam às vésperas de Jair Bolsonaro assumir o comando do país: em dezembro, antes da posse – mas já com o novo presidente eleito – esperava-se crescimento de 2,4% (vide Relatório de Inflação, Volume 20, Dezembro de 2019).

A discussão acerca da nomeação de Paulo Guedes para o novo Ministério da Economia animava o mercado na ocasião: as privatizações trariam investimento privado. A reforma da Previdência, segurança aos empresários.

Mas o que se viu na prática foi um primeiro trimestre de encolhimento da economia (-0,2%) e um segundo trimestre de variação irrisória (0,4%).

A taxa de investimento caiu para o menor nível em 50 anos (15,5% do PIB ante 20,9% em 2013).

O resultado, caso confirmado, significa que o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, ficará abaixo do resultado do ano passado, quando a economia cresceu apenas 1,1%.

Mas, segundo o governo, a liberação dos R\$ 500,00 dos recursos do FGTS para os trabalhadores em setembro e outubro vai implicar em “aquecimento da economia”.

Um recurso pequeno, que não se repete, e que pertence ao trabalhador. O ministro Paulo Guedes, além de não investir, está retirando os recursos dos investimentos em habitação para entregar a bancos, já que grande parte do dinheiro, segundo pesquisa feita por instituições do comércio, será usado para pagar dívidas e não vai aquecer a economia, que continua no fundo do poço.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial acumula queda de -1,7% no ano até julho; as vendas do comércio varejista giram em torno de zero e os desempregados somam 12,6 milhões de pessoas no Brasil. Por último, a reforma da Previdência se transformou no fantasma que levará mais brasileiros à miséria.

Os números oficiais sobre o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) disponíveis, são do primeiro semestre do ano. Mas o próprio BC, através do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), identificou que o segundo semestre começou com recuo de -0,16% na atividade econômica do país. Em conformidade, o Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse que em julho a baixa foi de -0,20%, explicada pelo péssimo desempenho do setor industrial.

Dada a situação, a previsão do BC é ainda otimista em relação ao que estima o mercado. O boletim Focus, divulgado pelo BC semanalmente com previsões de 100 instituições de mercado, espera que até o final do ano a economia varie apenas 0,87%. Esta é a mediana das estimativas, o que significa que para metade dos consultados, o número deve ser ainda menor. O Bradesco, por exemplo, apresentou em nota uma previsão que não passa de 0,8%.



Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hrj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Sauer alerta que megaleilão trará sequelas irreversíveis para o país



Foto:HP



Foto:Petrobrás

O governo vai vender por R\$ 100 bilhões o que vale por baixo R\$ 900 bilhões. O ganho com a comercialização do óleo poderá atingir até R\$ 2 trilhões, avalia Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás



Agência IBGE de Notícias

Subemprego bate recorde em agosto e atinge 38,8 milhões de brasileiros

O número de trabalhadores no mercado informal bateu recorde histórico no país, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-Contínua) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (27). Os números se referem ao trimestre encerrado em agosto deste ano.

Isso significa que 41,1% da população que se declarou ocupada no período trabalhava sem carteira assinada e, portanto, sem renda fixa e sem direitos. Em números, essa taxa representa 38,8 milhões. É a maior proporção desde 2016, em plena recessão.

O número de empregados sem carteira assinada bateu novo recorde: 11,8 milhões de brasileiros, um aumento de 3,6% sobre o trimestre anterior (mais 411 mil pessoas) e 5,9% sobre frente ao trimestre de 2018.

Os que se declaram trabalhadores por conta própria, onde se enquadram os ambulantes, motoristas de aplicativos e quem vive de biscates, o crescimento em relação mesmo trimestre do ano passado foi de 4,7%, ou mais de 1,1 milhão de pessoas. Mais um recorde: 24,3 milhões de brasileiros vivendo de

“bico”.

Taxa de desemprego O aumento do subemprego levou à queda da taxa de desocupação em agosto, conforme o IBGE, de 12,3% – no trimestre encerrado em maio – para 11,8% em agosto. O que significa que 684 mil pessoas que encontraram emprego no período em que a taxa caiu foram absorvidas pela informalidade, representando 87,1% de quem conseguiu trabalho. Ainda assim, 12,6 milhões de pessoas no país estão à procura de emprego.

“A inserção se dá através da informalidade. Temos população ocupada recorde, mas com vínculos mais precários”, disse Adriana Beringuy, analista de trabalho e renda do IBGE.

Em 12 meses, 1,4 milhão de pessoas, ou 78,3% dos novos ocupados, ingressaram pela informalidade.

Falta trabalho para 27,8 milhões de pessoas A chamada taxa de subutilização da força de trabalho ficou em 24,3%. Este número é composto por 27,8 milhões de pessoas que não encontram trabalho e por aquelas que trabalham menos horas do que gostariam.

Segundo o IBGE, o país ainda tem um total de 4,7 milhões de desalientados, que são aqueles que sim-

plesmente desistiram de procurar emprego.

Emprego formal O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclui trabalhadores domésticos) chegou a 33 milhões no trimestre encerrado em agosto.

Esta semana, o governo comemorou o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) que mostrou saldo positivo de 121 mil empregos formais em agosto. Segundo o IBGE, a geração de emprego formal em agosto ficou estável.

“O desemprego e o desalento foram responsáveis pelo crescimento da desigualdade no país nos últimos anos. Disparidades entre as remunerações, que têm a ver com a formalização ou não dos vínculos empregatícios, atuam nesse contexto. Benefícios e direitos típicos do setor formal se tornaram mais escassos e concentrados. Essa questão afetou a segurança dos trabalhadores para o consumo e vem dificultando a recuperação da economia”, opinou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em nota técnica antecedente à Pnad sobre o aumento da desigualdade.

Juro abusivo do cartão de crédito sobe para 307%

Com o desemprego e o subemprego atingindo cerca de 30 milhões de brasileiros e ainda com a renda arrochada, é cada vez maior o uso do cartão de crédito e do cheque especial, que no mês de agosto continuaram acima de 300% ao ano, conforme dados divulgados pelo Banco Central, na quarta-feira (25).

Em agosto o juro médio do cheque especial caiu, diz o BC, mas ainda atinge os abusivos 306,9% ao ano e o uso desse tipo de empréstimo só tem aumentado, assim como os bancos não param de ampliar o limite de crédito às pessoas físicas, assim como não param de ampliar os seus lucros. No rotativo do cartão, o juro

médio em agosto subiu para 307,2% ao ano.

Segundo o BC, em doze meses, até agosto, o saldo total de crédito no cheque especial subiu 11,6%, para 26,14 bilhões, e no rotativo do cartão de crédito aumentou 18,5% (R\$ 39,78 bilhões).

Os bancos se aproveitam da crise para impor as maiores taxas de juros nessas modalidades. Não é à toa que o cartão de crédito foi apontado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida por 79,3% das famílias endividadas, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio. O percentual de famílias com dívidas apresentou em agosto de 2019, a oitava

alta mensal consecutiva, alcançando 64,8% do total, o maior patamar desde julho de 2013, diz a CNC.

LUCRO DOS BANCOS

Com as taxas de juros em patamares mais do que abusivos, no segundo trimestre deste ano, os três maiores bancos privados no Brasil – Itaú, Bradesco e Santander – alcançaram juntos um lucro líquido de R\$ 17,131 bilhões. Um aumento de 17,6% em relação ao mesmo período do ano passado, quando obtiveram juntos um lucro de R\$ 14,568 bilhões.

Nenhum índice econômico teve desempenho que se aproxime desse percentual de crescimento

“É preciso uma mobilização das bases e uma aliança ampla na sociedade para fazermos o enfrentamento dessa situação”

O professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP, e ex-diretor da Petrobrás, alertou o país, na sexta-feira (27), em entrevista ao HP, para a gravidade das decisões tomadas pelo governo em relação à privatização da Petrobrás e à venda de campos de petróleo do Pré-Sal, no chamado megaleilão, programado para novembro deste ano.

“A privatização e o desmonte do setor energético é um crime contra o país e trará sequelas profundas e irreversíveis para o desenvolvimento do país”, disse Sauer. “E o pior é que eles vão desnacionalizar e não vão colocar nada no lugar de tudo isso que foi construído pelo Brasil nas últimas décadas”, acrescentou o professor.

Ele destacou que “é preciso uma mobilização das bases e uma aliança ampla na sociedade para fazermos o enfrentamento dessa situação”.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que vai realizar o chamado megaleilão de petróleo em novembro. O governo festeja a possibilidade de arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões com a venda dos campos da cessão onerosa (área do Pré-Sal contígua à que foi vendida à Petrobrás e onde a estatal realizou todas as pesquisas para achar o petróleo).

O professor Sauer denuncia que esse valor é ínfimo perto da riqueza que está sendo entregue com o leilão. “O que está sendo vendida é uma área com reservas comprovadas que vão de 6 bilhões de barris, a 15 bilhões de barris”, diz ele. As estimativas da própria ANP, confirmam o que diz o professor: “O petróleo excedente da Cessão Onerosa é estimado entre 5 bilhões e 15 bilhões de barris de petróleo”, avalia o órgão.

O especialista calcula que o valor que está sendo cobrado por barril na venda da cessão onerosa está na casa do US\$ 6 a US\$ 7. Com um custo de produção de US\$ 10, chegando a US\$ 20 com os impostos e transferências, os vencedores do leilão vão ganhar seis, sete e até oito vezes mais do que isso, vendendo esse mesmo barril no mercado internacional a US\$ 60 dólares.

Se trabalharmos com a avaliação mínima de 6 bilhões de barris, o ganho com a comercialização do óleo chegará a R\$ 800 bilhões, podendo atingir até R\$ 2 trilhões. Ou seja, o governo vai vender por R\$ 100 bilhões o que vale por baixo R\$ 900 bilhões. “Estão hipotecando o futuro do país a troco de migalhas”, advertiu Ildo Sauer.

O professor da USP diz ainda que a venda dos campos vem acompanhada da privatização da Petrobrás aos pedaços. “A vertente mais entreguista, comandada pelo ministro Guedes, tem a intenção de privatizar tudo, e agora isso foi referendado também pelo presidente da República”, denunciou Sauer.

ELETROBRÁS

Ele alerta também para a alienação da Eletrobrás, que já está em estado avançado de es-

quartejamento e desnacionalização. “Esses são patrimônios construídos pelo povo nos últimos sessenta anos e que estão sendo dilapidados”, afirmou. “Precisamos impedir que isso ocorra”, conclamou.

Ildo explica que uma medida aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, autorizando a venda de subsidiárias através apenas da decisão de diretoria e do Conselho da Petrobrás, vai provocar a destruição da estatal. Os ativos da empresa, segundo ele, “vão sendo passados para as subsidiárias e essas vão sendo vendidas, como fizeram com os gasodutos e a BR Distribuidora”.

“Como a Petrobrás, em função da lei 9.478 de agosto de 1997, que é a lei do petróleo, criou a possibilidade da estatal criar várias subsidiárias, várias empresas ligadas à Petrobrás. Então, para privatizar qualquer ativo hoje, basta que se transfira os oleodutos, os gasodutos, as refinarias, uma termoelétrica, ou os campos de petróleo, ou qualquer outro ativo para uma subsidiária e, então, se vende a subsidiária. Vai sobrar apenas o CNPJ e a sede da Petrobrás”, denunciou.

“Com isso, destacou Ildo, o governo está preparando um grande feirão. Estão anunciando que vão vender tudo”, alertou. “O maior ativo de uma petroleira como a Petrobrás, depois da capacitação tecnológica, de seus recursos humanos, é encontrar, explorar e desenvolver a produção de petróleo. São as reservas que ela tem. Empresas sem reservas, morrem. Porque as reservas exauridas terminam”, frisou Ildo.

“É isso que vai acontecer com a Petrobrás. E como cortar oxigênio dos seres vivos. O oxigênio de uma empresa de petróleo é a possibilidade de produzir o petróleo e encontrar novas reservas”, avaliou o especialista.

Ildo disse que a situação é grave e que é necessária uma grande mobilização da sociedade para barrar esse processo.

“Esse novo quadro institucional permite que, por decisão meramente administrativa no âmbito da empresa, ela possa simplesmente liquidar tudo o que tem de valor, se assim for a orientação e o desejo, já anunciado, pelo ministro Guedes, referendado pelo presidente da República que quer privatizar tudo”, observou.

“Essa decisão do governo Bolsonaro destrói a capacitação de recursos humanos conquistada pela Petrobrás e fecha as portas para a conquista da soberania”, afirmou Ildo Sauer.

“A construção da soberania”, destacou, “é a forma concreta do povo, autonomamente, construir a sua existência, criar a estrutura material concreta de sua existência, com produção e bem estar, gerando dinheiro para investir na educação, saúde, segurança, ciência e tecnologia, proteção ambiental e transição energética”. “Não podemos abrir mão de nossa soberania”, concluiu.

SÉRGIO CRUZ



Gilmar, Moraes e Janot no Supremo

O caso Janot

Se existe algo de que o país não precisava neste momento, com Bolsonaro no Planalto, é essa confusão aprontada pelo ex-procurador geral da República Rodrigo Janot – com o sr. Gilmar Mendes autopromovido a semi-mártir; a PF – por ordem “de ofício” (ou seja, sem nenhum pedido, seja da polícia ou do Ministério Público) do ministro Alexandre de Moraes, em um inquérito que nada tem a ver com Janot – fazendo batidas na casa do ex-procurador para encontrar uma pistola velha; o exumado Eduardo Cunha protestando que foi acusado por um procurador “psicopata e assassino”; um ex-ministro de Dilma Rousseff, e ex-amigo de Janot, garantindo que ele “sempre foi impulsivo e desequilibrado” (deve ser por isso que foi nomeado procurador geral da República, exatamente, pela senhora Rousseff), etc., etc., etc., & etc.

Não sabemos se é verdade, como contou o ex-procurador, que, para vingar a difamação da sua filha por Gilmar Mendes, “cheguei a entrar no Supremo. Ele estava na sala, na entrada da sala de sessão. Não ia ser ameaça não. Ia ser assassinato mesmo. Ia matar ele e depois me suicidar. Eu vi, olhei, e aí veio uma mão” mesmo. Foi a mão de Deus?

Que muita gente perca as estribeiras (ou quase) quando tem a filha atacada – ou a mãe, ou a mulher, ou a si mesmo – é fato.

Mas se existe algo que nós não necessitamos, no momento, é elevar essa perda de estribeiras ao status de ato heroico.

Porque também é fato que o atual presidente da República, ou seus seguidores milicianos, prefeririam, se pudessem, tratar os desafetos por meios, digamos, extrajudiciais. O caso da vereadora Marielle Franco – assassinada por um vizinho de Bolsonaro, pertencente ao Escritório do Crime – é demasiado recente para ser esquecido.

Então, com o país já levado ao caos – político e econômico – por Bolsonaro, Guedes e caterva, com a ideologia do assassinato e da tortura promovida à ideologia oficial da Presidência, aparece Janot para, com suas declarações, revelar que Bolsonaro não é o único por essas bandas.

É difícil encontrar melhor maneira de apagar as diferenças entre alhos e carambolas.

A Operação Lava Jato, apesar de seus grandes serviços ao país, não tem sorte. O juiz resolve entrar no Ministério de Bolsonaro e portar-se como um bajulador bem reles. O chefe da força-tarefa, o malfado Dallagnol, faz suas inúmeras piruetas à margem do interesse público. Por fim, o sr. Janot resolve fazer o que poderia fazer para colocar em suspeição o seu desempenho como procurador geral da República.

A Operação Lava Jato é aquela em que, aparentemente, ninguém se acha responsável pela obra – o ego e as pretensões são mais importantes do que esta última (aqui, evidentemente, não estamos nos referindo aos abnegados procuradores e policiais, sem os quais, é verdade, a operação não existiria) – mas todos esses mesmos indivíduos querem surfar em sua popularidade como se fossem, exatamente, responsáveis pela obra. O problema é que, as duas coisas ao mesmo tempo, é algo difícil.

Até porque somente serve para açular outros egos e pretensões. Por exemplo, há muito é notório que o sr. Gilmar Mendes se refere ao ex-procurador como “o bêbado do Janot” (v. [Janot surpreende ao contar que pensou em matar Gilmar Mendes e se suicidar](#), Migalhas 27/09/2019).

Em relação à filha de Janot, o ataque foi no pleno do STF, quando o procurador solicitou a suspensão de Mendes, que era relator de um dos processos de Eike Batista, porque este era defendido pelo mesmo escritório de que fazia parte a sua esposa, Guiomar Mendes.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

C. L.

O submundo das fake news que fraudou a democracia no Brasil



Bannon, sub de Mercer, e o filho de Bolsonaro: as teias das fake news

“I love you”, sussurrou Bolsonaro para Trump

Diplomatas relatam que assim que Jair Bolsonaro terminou seu discurso na abertura da 74ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na terça-feira (24), foi rapidamente conduzido por seus assessores à “sala GA-200”, para dar uma “tietada” no presidente norte-americano, Donald Trump, que se encontrava lá.

Segundo os diplomatas que presenciaram o encontro, Bolsonaro entrou na sala e assim que avistou Trump, disse para ele: “I love you”.

Como resposta, Bolsonaro recebeu de Trump um:

“Que bom te ver de novo”.

O diálogo terminou por aí, de acordo com o jornalista Lauro Jardim em sua coluna.

Após esse encontro relâmpago, Bolsonaro aguardou cerca de 1 hora no corredor para novamente falar com seu chefe. Trump, transparecendo constrangimento com o assédio bolsonarista, apareceu e em 17 segundos lhe deu um abraço e apertou a mão, tirou uma foto com Bolsonaro, e lhe disse protocoladamente: “assisti seu discurso e você se saiu bem”.

Dessa forma, Bolsonaro foi dispensando novamente.

Durante seu discurso na ONU, Bolsonaro já tinha adulado bastante Trump, dizendo que o norte-americano sintetiza “o espírito que deve reinar entre os países da ONU”.

Essa não é a primeira vez que Jair Bolsonaro expôs o seu servilismo ao presidente norte-americano.

No início de agosto, Bolsonaro disse que estava “cada vez mais apaixonado por ele”.

Esta frase foi dita após Donald Trump ter elogiado o filho dele, Eduardo Bolsonaro, o qual pretende indicar para a embaixada do Brasil em Washington.

Licença para matar corrompe as boas polícias, diz ex-ministro Raul Jungmann

“E produz vítimas inocentes”

O ex-ministro da Defesa e Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que a “licença para matar corrompe as boas polícias, destrói a hierarquia e a disciplina, cria comandos paralelos e perverte moralmente os bons policiais”.

“Caça os pequenos e se associa e protege os grandes criminosos. E produz vítimas inocentes”, disse em mensagem no Twitter.

Em artigo para a revista Veja e para o jornal Folha de S. Paulo, e intitulado “Polícia não é milícia”, Jungmann argumenta que “uma polícia com licença para matar concedida pelas autoridades torna-se moralmente corrupta”, ar-

gumenta. “Cabendo a ela decidir quem irá morrer ou não, é evidente que os poderosos e ricos comprarão suas vidas, os fracos e pobres, não”.

O ex-ministro criticou a fala do deputado estadual capitão Assunção (PSL-ES), que prometeu dar R\$ 10 mil a quem entregasse morto o homem que assassinou uma moça.

R\$ 10 mil reais do meu bolso pra quem mandar matar esse vagabundo. Não merece estar vivo, não. Eu tiro do meu bolso pra quem matar esse vagabundo aí. Tem que entregar o cara morto, aí eu pago”, declarou o capitão da Polícia Militar do Espírito Santo, que é do partido de Bolsonaro.

PSL do Rio ignora Flávio Bolsonaro e ele recua

O PSL não deu ouvidos a Flávio Bolsonaro, senador e presidente do partido no Rio de Janeiro, e ele teve que recuar da exigência de que todos os filiados com cargos no governo de Wilson Witzel (PSC) abandonassem imediatamente suas funções, sob risco de serem expulsos da legenda.

Em reunião na sexta-feira (27) com a bancada estadual do partido, Flávio deixou que os filiados decidissem se mantêm seus indicados nos cargos do governo do Rio de Janeiro. O PSL ocupa 40 cargos no governo, incluindo duas secretarias.

Flávio Bolsonaro chegou a determinar que

o PSL deixasse a base do governo de Witzel ou teriam que deixar o partido. “Aqueles que quiserem permanecer devem pedir desfiliação partidária. Nossa oposição não será ao Estado do Rio, mas ao projeto político escolhido pelo governador Wilson Witzel”, disse Flávio em nota.

Uma semana se passou e as coisas não aconteceram bem assim. Vários filiados ao PSL seguiram na base de apoio do governador fluminense.

A deputada federal Major Fabiana, da Secretaria de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, e Leonardo Rodrigues, da Secretaria de Ciência

e Tecnologia, continuam em seus cargos.

O vice-líder do governo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Alexandre Knoploch (PSL), foi o único a anunciar que entregaria a vice-liderança. Contudo, ainda não tinha oficializado o seu desligamento, levando em banho maria.

A permanência de integrantes do PSL em cargos do governo Witzel revela o desgaste de Flávio Bolsonaro ante seus comandados no Estado do Rio. As investigações do caso Queiroz e contra si mesmo estão pesando bastante para o desgaste.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Desmonte da Eletrobrás é submissão maior a estrangeiros, afirma o deputado Paulo Ramos

O deputado federal Paulo Ramos (PDT) afirmou que o projeto do governo Bolsonaro de privatização da Eletrobrás propõe ao país uma “submissão muito maior aos monopólios estrangeiros de energia”.

Em seu discurso, na reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), realizada na quarta-feira (25), que contou com a presença do ministro da economia Paulo Guedes, Paulo Ramos lembrou que na história do Brasil sempre houve figuras que se esforçaram para o não cumprimento da Constituição de 88, para impor aos brasileiros a agenda do estado mínimo; e destacou que a proposta do

atual governo é a mesma destes “sabotadores” da Constituição – “a proposta que aprofunda a dependência”.

“E como é que continuamos a desmontar? Com a insanidade e a falta de lógica. O Brasil é produtor de petróleo, mas não refina o suficiente para abastecer o mercado interno. Tem petróleo, não refina e importa derivados. E a política atual do Governo consiste na privatização das refinarias e não na construção de mais refinarias. Não tem lógica isso! Agora se fala em privatizar a Eletrobrás. O Brasil vai ser independente também de energia elétrica? Pelo contrário! Investimento em infraestrutura tem que ter independência

energética, mas o Brasil depende até da Venezuela em questões de energia elétrica”, denunciou Ramos.

“Os Correios e Telégrafos vão ser privatizados. Já privatizaram quase tudo: rodovias, ferrovias, Vale do Rio Doce, as telecomunicações, tudo. Foram entregando tudo! A irresponsabilidade em relação à Petrobrás – vejamos só – é sem precedentes. Por quê? Porque o Brasil precisa ter independência política, independência econômica, independência energética, independência tecnológica, mas não tem. E o projeto do Governo é para afirmar ainda uma submissão maior”, afirmou o parlamentar.

O documentário francês, “Driblando a Democracia”, dirigido por Thomas Huchon, descreve com detalhes a trama que envolve as notícias falsas do fascismo

O vereador Carlos Bolsonaro, “o zero dois” do clã de Jacarepaguá, que comanda o chamado “gabinete do ódio” de Bolsonaro, deverá ser convocado para a CPI que investiga o uso criminoso das redes sociais, conhecida como CPI das fake news. Este método ilegal de falsificar notícias foi usado em algumas eleições mundo afora e, inclusive no Brasil, criando o que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, considera um “mundo que viraliza o ódio às instituições”.

Formalmente já foi convocada para depor Rebecca Félix, assessora do Palácio do Planalto que, antes de assumir esse cargo, exerceu a função de coordenação de mídias da campanha de Jair Bolsonaro. Foram chamadas também para prestar esclarecimentos as provedoras Claro, Nextel, Oi, Tim e Vivo.

Já a lista das empresas de serviços convocadas traz a AM4, CA Ponte, Croc Services, Deep Marketing, Enviawhatsapp, Kiplix, Quickmobile, SMS Market e Yacows. Todas elas trabalham com comunicação direcionada por meio de mídias digitais. Algumas delas estiveram vinculadas à campanha bolsonarista de 2018.

TEIAS INTERNACIONAIS

As teias internacionais desse esquema criminoso e fraudulento de roubo e manipulação de dados pessoais, que adulterou o processo político nos Estados Unidos e na Inglaterra, só para citar os dois exemplos mais conhecidos, e no Brasil também, deverão ser investigadas, já que há empresas e pessoas, entre elas Steve Bannon, que estão presentes nos bastidores de todos esses processos, inclusive como “conselheiro” da campanha de manipulação da opinião pública ocorrida no Brasil.

O documentário francês, “Driblando a Democracia”, dirigido por Thomas Huchon, descreve com detalhes a trama que envolve as fake news e o uso de dados de milhões de pessoas pela misteriosa Cambridge Analytica, para fraudar eleições. Ele mostra também a ação de poderosos empresários americanos de extrema direita no processo de manipulação da opinião pública com vistas a alterar resultados eleitorais e impor seus pontos de vista reacionários ao mundo.

Neste documentário, alguns protagonistas obscuros transitam com desenvoltura pelo submundo das fraudes eleitorais. O primeiro deles é Robert Mercer, um engenheiro bilionário, oriundo da IBM, que enriqueceu usando “algoritmos” para manipular o mercado financeiro, através de seu fundo especulativo “Renaissance Technology”.

Com fórmulas matemáticas secretas, ele se especializou em dar golpes e transformou esse fundo no mais rentável do mundo. Em dez anos, ele passou a obter taxas de crescimento de 30 a 35% ao ano.

BILIONÁRIO COMANDA FRAUDE

Sebastian Mallaby, o único jornalista a entrevistar Robert Mercer, quando do lançamento de seu livro “Mais rico que Deus” sobre os hedge funds, afirmou que Mercer disse que se pudesse passaria a vida inteira sem falar com ninguém.

A declaração revela que o bilionário não passa de um egocêntrico reacionário que, ainda por cima, tem a maior coleção de armas de fogo dos EUA. “Preferia a companhia de animais a de seres humanos”, contou Mallaby.

Mercer e sua “fundação” abastecem regularmente com recursos milionários organizações fascistas nos EUA e no mundo.

Entidades reacionárias recebem fortunas da Mercer Family Foundation. Balanços de 2012 a 2015 desta fundação revelam alguns dos beneficiários do bilionário. A Heritage Foundation recebeu US\$ 1,5

milhão. A Media Research Center, que, como Bolsonaro, denuncia a “influência” da esquerda na mídia, recebeu US\$ 12 milhões. O Government Accountability Institute, que aponta suposta corrupção sempre culpando os setores progressistas, recebeu US\$ 4 milhões, e assim por diante.

O outro personagem do grupo é o seu funcionário e lugar tenente na fábrica de fake news, o jornal direitista Breitbart News, Steve Bannon. Bannon é um ex-operador da Goldman Sachs, ex-produtor de Hollywood, admirador do nazismo e coordenador de campanha de Trump.

Formam também o núcleo duro do grupo de Mercer, Kellyanne Conway e David Bossie, esses dois, assim como fez Rebecca Félix no Brasil, passaram a ocupar postos de assessoria no governo.

ESPECIALIDADE É FRAUDAR ELEIÇÕES

Nos primórdios de seu plano de ação macabro, Robert Mercer apresentou um recurso junto à Suprema Corte americana para mudar a lei de financiamento de campanhas eleitorais. Robert Mercer foi vitorioso e começou a montar seu esquema de fraude para a eleição de 2016.

Através do decreto chamado Citizen United, os candidatos passaram a poder financiar as campanhas por dois métodos. Um pela campanha oficial, que apresenta limites definidos, e outro, por “comitês de apoio”, que podem arrecadar e gastar recursos sem nenhum controle. Mercer passou então a agir mais intensamente.

Ele inicialmente entrou na campanha do republicano Ted Cruz, mas, diante de sua derrota nas prévias, trocou de cavalo. Criou o comitê de apoio a Trump (Make America number one) injetando de cara US\$ 15 milhões. Fez isso, mas exigiu que seu braço direito, Steve Bannon, assumisse a coordenação da campanha.

Num primeiro momento Trump resistiu, mas quando saiu o resultado do Brexit – sobre a saída da Inglaterra da União Europeia –, em 23 de junho de 2016, e ele soube que Mercer tinha colocado a Cambridge Analytica no plebiscito inglês, convenceu-se e, não só contratou a empresa, como colocou Steve Bannon na sua coordenação de campanha.

Os recursos não entravam principalmente pela conta da campanha. O financiamento se deu de forma ilegal e oculta, por parte do comitê de apoio formado por empresários. Muito parecido com os apoios secretos dos donos da Havan, Localiza, e outros picaretas por aqui, na campanha de Bolsonaro.

O dinheiro começou a entrar na “Glittering Steel produção audiovisual”, de propriedade de Steve Bannon. A empresa fica no mesmo endereço do jornal Breitbart News, em Los Angeles. Aqui no Brasil o “zero dois” comandou um esquema parecido nas redes sociais.

A entidade “Centro Legal de Campanha”, órgão de acompanhamento eleitoral americano, denunciou esse esquema como prática de contribuições ocultas por parte da campanha de Trump. O mesmo esquema foi denunciado no Brasil, como os pagamentos milionários feitos a empresas como Enviawhatsapps, AM4, Quickmobile, Croc Services, SMS Market e Yacows.

Os crimes visando manipular a opinião pública começaram com a compra ilegal de dados das redes sociais, principalmente do Facebook, por parte de empresas controladas por Robert Mercer e Steve Bannon. Conforme se admitiu, 87 milhões de perfis e dados pessoais de seus usuários foram apropriados por essas empresas.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

SÉRGIO CRUZ

Construções de grandes frentes sempre mudaram o país, diz Luciana Santos

O ambiente político do Brasil sob o governo Jair Bolsonaro (PSL), marcado por “crises permanentes e confrontação”, dará a tônica das eleições municipais de 2020. Mas, na disputa do voto, o bolsonarismo será impactado por sua incapacidade de enfrentar “as grandes dificuldades econômicas” e “a forte crise social”. Esta é a opinião que a presidenta nacional do PCdoB, Luciana Santos, apresentou na sexta-feira (27), na reunião da Comissão Política Nacional comunista, em São Paulo.

Segundo Luciana, a um ano da eleição 2020, o PCdoB deve intensificar sua atuação política nos municípios e estados com dois objetivos em perspectiva: 1) persistir na construção de uma frente ampla e heterogênea, mas com um programa democrático mínimo,

em oposição a Bolsonaro; 2) preparar projetos eleitorais mais ousados, que planeje o lançamento de candidaturas a prefeito e a formação de chapas competitivas a vereador, sobretudo nos grandes centros.

“É preciso ter claro que 2020 será peça central da disputa de rumos para a eleição presidencial de 2022”, diz Luciana. “Com a reatualização das conferências municipais e estaduais do PCdoB neste ano, devemos já armar o Partido para a disputa que está por vir. O jogo começou.”

“Peão no tabuleiro”

Em seu informe à Comissão Política, a presidente do PCdoB – que também é vice-governadora de Pernambuco – destacou o peso do cenário internacional sobre a realidade brasileira.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

ANDRÉ CINTRA
FONTE: VERMELHO

Witzel quer culpar o Paraguai pela sua política de genocídio

Governador disse que irá à ONU pedir “retaliação” contra países vizinhos por genocídio que ocorre no Rio. Depois, disse que quem protesta contra mortes “faz palanque”

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), disse que irá à Organização das Nações Unidas (ONU) para conter “o genocídio” praticado por ele mesmo no estado.

Em entrevista coletiva antes dos shows do Rock in Rio 2019, neste domingo (29), Witzel defendeu o fechamento da fronteira brasileira com Paraguai, como forma de combater a violência no Rio de Janeiro.

Ao admitir a existência de um “genocídio”, Witzel tenta criar um novo inimigo para justificar o alto número de assassinatos no estado: o Paraguai.

“A gente tem que fechar a porteira do Paraguai, de forma a não permitir que essas armas entrem, e que a gente fique discutindo e permitindo que se faça palanque em cima do caixão de pessoas que são vítimas da violência”, disse Witzel.

Ele disse ainda que pedirá à ONU para fechar a fronteira com Paraguai, Bolívia e Colômbia. “O próprio Conselho de Segurança da ONU pode tomar essa decisão, de retaliar o Paraguai, a Bolívia e a Colômbia no que diz respeito às armas”.

O mesmo governador que se diz contra “palanque em cima do caixão” aproveita uma entrevista para dizer que os países vizinhos são os responsáveis pelo genocídio no Rio.

Como se não houvesse responsabilidade de seu governo no genocídio que ocorre no Rio de Janeiro. Ou se não houvesse responsabilidade de seu aliado, Jair Bolsonaro, que ocupa a Presidência da República, no controle das fronteiras do país.



Menina de 8 anos foi morta com tiro de fuzil pelas costas

Testemunha da morte de Agatha foi ameaçada, denuncia OAB-RJ

O motorista que conduzia a Kombi, onde a menina Agatha Félix foi baleada relatou estar se sentindo ameaçado, segundo afirmou o representante da seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Rodrigo Mandego.

O advogado afirmou que a comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ continuará acompanhando a família para oferecer toda ajuda jurídica necessária. A Ordem tenta preservar as testemunhas para que não sofram nenhum tipo de represália. Mais tarde, a seccional divulgará nota sobre o caso.

“A gente não quer expor mais detalhes por questão de segurança das testemunhas. Todas estão com bastante medo. Elas moram em uma comunidade deflagrada do Rio de Janeiro, sofrem pressões por todos os lados”, disse o advogado em entrevista coletiva.

“O motorista está se sentindo ameaçado”, complementou. Rodrigo Mandego ainda explicou que a mãe de Agatha viu ao menos dois policiais no local. “Todas as testemunhas ouvidas até agora, por parte da família e outras, dizem que não sabem de onde partiu a bala. A bala pode ter partido de uma briga de bar, de um marido tentando matar a mulher, de um marginal, de um policial, mas não havia confronto na localidade naquele momento”, reforça.

Os pais da estudante prestaram novo depoimento sobre o caso na Delegacia de Homicídios da capital fluminense. Na terça, prestou depoimento o motorista da kombi em que Agatha Félix estava quando foi baleada. Segundo o motorista e os pais relataram o

LETALIDADE

Foi Witzel quem defendeu a política de “abate” nas comunidades e, sob tal orientação, o índice de mortes em ações policiais atingiu recordes no estado.

De janeiro a agosto deste ano, 1.249 pessoas foram mortas por agentes de segurança do estado - quase o dobro do registrado no mesmo período de 2009, quando foram 723 mortos.

Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio, o indicador de julho bateu o recorde para um mês - foram 176 pessoas mortas por policiais no Rio de Janeiro, foram 5,6 mortes realizadas por policiais ao dia.

AGATHA

Neste ano, 17 crianças foram baleadas no Rio de Janeiro. Cinco delas foram mortas.

A morte mais recente foi a da menina Agatha Félix, de apenas 8 anos. Ela foi baleada pelas costas durante uma ação policial no Complexo do Alemão, em 20 de setembro.

Segundo as testemunhas, não havia confronto quando foram disparados os dois tiros de fuzil.

Mas para o governador, a morte da estudante aconteceu porque os traficantes da comunidade da Fazendinha, dentro do Complexo do Alemão, estão “sofrendo severas baixas”.

Sobre as homenagens feitas a Agatha durante apresentações no Rock in Rio, Witzel disse quem protesta contra o assassinato da menina “está dando eco a uma política perversa contra algo que está sendo bem feito”.

No caso, o “que está sendo bem feito”, segundo ele, é a sua política assassina.



Segundo Witzel, quem protestou contra o assassinato de Ágatha faz “palanque eleitoral” e está criticando “algo que está sendo bem feito”



Dentre as invasões ocorridas este ano, está a do território do Povo Wajãpi

Número de ataques a terras indígenas já é 44% maior que em 2018, aponta Cimi

O estado com maior número de casos em 2018 foi Rondônia, 17 casos ao todo. “No estado, as áreas indígenas, sem exceção, estão invadidas por madeiras, fazendas e até loteamentos estão sendo constituídos para vendas de lotes. Centenas de garimpos ilegais estão em funcionamento dentro de áreas indígenas. Somente nas terras do povo mundurucu são mais de 500 garimpos”, diz o relatório de 2018.

“Na região Norte, há um devastador processo de invasão dos territórios, mesmo que já tenham sido demarcados ou até mesmo homologados. Em todo o país, a natureza está sendo dragada por madeiras, mineradoras, garimpeiros, grileiros e pelo latifúndio, mas a cobiça é ainda mais explícita sobre a Amazônia, expressa em projetos de exploração indiscriminada da terra e de todos os seus bens naturais”, afirma o bispo Dom Roque Paloschi, presidente de Cimi, em texto de abertura do relatório.

Segundo ele, a violência contra as terras indígenas ocorre porque esses povos são esquecidos pelo poder público, que “atua,

quase sempre, tendo como referência interesses marcadamente econômicos, e não os direitos individuais, coletivos, culturais, sociais e ambientais”.

Para o conselho, que é vinculado à Igreja Católica, os ataques às terras envolvem a exploração ilegal de recursos, como atividades pesqueiras de grande e médio porte, caça e comercialização de animais silvestres e venda para consumo gastronômico e exploração de madeira “totalmente sem controle e fiscalização”.

“A proibição de explorar as terras indígenas não tem impedido que produtores fechem acordos com aldeias espalhadas por todo o país, avançando com o plantio de grãos e a criação de gado sobre essas terras. Em Rondônia, invasores têm pressionado o poder público para se manter na posse das terras indígenas de modo que possam explorar seus recursos naturais”, aponta o documento de 2018.

O fato de ainda faltarem dois meses para terminar 2019 e os dados já mostram um aumento desenfreado dos casos de ataques a terras indígenas é minimamente preocupante. A política do governo do presidente Jair Bolsonaro

(PSL) está acabando com nossos índios e com a floresta brasileira.

“Essas terras abrigam uma população de mais de 48 mil indígenas que convivem com a exploração ilegal dos seus territórios ancestrais. E no Tocantins que se encontra o maior número de casos dessas irregularidades”, aponta.

Tal condição, já era conhecida pela mineradora e já foi apontada em diversos relatórios. De acordo com Botelho, em 1976 já havia sido detectado que a barragem não teria drenagem no dique inicial, toda a água que caía ficava armazenada. O auditor citou a instalação dos drenos horizontais profundos, conhecidos como DHPs, que começam a ser instalados na barragem B1, como medida para drenar a água, mas disse que a Vale não atuou efetivamente para rebaixar a linha freática elevada. Essa questão também foi apontada pela Polícia Federal na primeira parte do inquérito sobre a tragédia. A PF indiciou 13 funcionários da Vale e da Tuv-Sud por crimes como falsidade ideológica e uso de documento falso. A Superintendência do Trabalho lavrou 21 autos de infração decorrentes da fiscalização relacionada à tragédia. Nos autos, são apontadas irregularidades como manter barragem construída em desacordo com normas técnicas, deixar de adotar medidas para reduzir riscos em locais de trabalho e não fazer simulações anuais do plano de emergência com os trabalhadores. Para o órgão, em 2016, quando a mineradora chegou a cálculos de fatores de segurança menores que o mínimo, as atividades da mina deveriam ter sido interrompidas para se colocar reforços na barragem. A lama atingiu os trabalhadores da Vale em tempo menor que o previsto em estudos de rompimento.



Vítima foi encontrada 248 dias depois do crime

Encontrado corpo da 250ª vítima da Vale em Brumadinho, MG

A Polícia Civil de Minas Gerais confirmou que o corpo de um homem encontrado na manhã do último domingo (29) é da 250ª vítima do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). O crime aconteceu em 25 de janeiro, completando mais de oito meses.

Segundo a polícia, a equipe de odontologia legal do IML (Instituto Médico Legal) identificou o corpo pela arcada dentária e o nome da vítima só será divulgado depois que a família for comunicada. O corpo foi encontrado pelo Corpo de Bombeiros por volta das 10h15 da manhã, em uma área chamada de Remanso 4. Os bombeiros trabalham na região da tragédia há 248 dias.

No momento, as buscas contam com 147 bombeiros e dois cães atuando em 22 frentes de trabalho. Com a confirmação de que o corpo é de uma vítima do rompimento da barragem, o número de desaparecidos cai para 20.

RELATÓRIO APONTA FALHAS DA VALE NA EVACUAÇÃO DE TRABALHADORES

Também neste domingo (29), conclusões do relatório sobre a tragédia feito pela Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais, foram divulgadas. Segundo o documento, a Vale falhou em diversos pontos, como planos de emergência, demorou a adotar medidas que rebaixassem o nível da água na barragem B1 e não retirou os trabalhadores da mina Córrego do Feijão, que ficavam em áreas próximas à estrutura que rompeu.

“A barragem estava muito fragilizada. Os fatores de segurança, ao longo do tempo, foram piorando, o que acarretaria na paralisação das atividades e posteriormente o acionamento do PAEBM (plano de emergência), com a retirada de trabalhadores e da população à jusante da barragem”, afirma o auditor fiscal Marcos Botelho.

Ainda segundo ele, a linha do lençol freático na barragem era muito alta, e seria necessário rebaixar 98 metros cúbicos por hora durante um ano e meio para que ela chegasse a um nível de segurança satisfatório.

Tal condição, já era conhecida pela mineradora e já foi apontada em diversos relatórios. De acordo com Botelho, em 1976 já havia sido detectado que a barragem não teria drenagem no dique inicial, toda a água que caía ficava armazenada. O auditor citou a instalação dos drenos horizontais profundos, conhecidos como DHPs, que começam a ser instalados na barragem B1, como medida para drenar a água, mas disse que a Vale não atuou efetivamente para rebaixar a linha freática elevada.

Essa questão também foi apontada pela Polícia Federal na primeira parte do inquérito sobre a tragédia. A PF indiciou 13 funcionários da Vale e da Tuv-Sud por crimes como falsidade ideológica e uso de documento falso.

A Superintendência do Trabalho lavrou 21 autos de infração decorrentes da fiscalização relacionada à tragédia. Nos autos, são apontadas irregularidades como manter barragem construída em desacordo com normas técnicas, deixar de adotar medidas para reduzir riscos em locais de trabalho e não fazer simulações anuais do plano de emergência com os trabalhadores.

Para o órgão, em 2016, quando a mineradora chegou a cálculos de fatores de segurança menores que o mínimo, as atividades da mina deveriam ter sido interrompidas para se colocar reforços na barragem.

A lama atingiu os trabalhadores da Vale em tempo menor que o previsto em estudos de rompimento.

Cacique Raoni rebate Bolsonaro: “Ele não é liderança, tem que sair”

O líder caiapó Raoni Metuktire rebateu os ataques feitos por Bolsonaro durante discurso na Assembleia Geral da ONU. “O Bolsonaro falou que não sou uma liderança, que não é liderança e tem que sair”, afirmou o líder indígena, de 89 anos, reconhecido internacionalmente pela luta em defesa dos direitos dos povos tradicionais e do meio-ambiente.

Em seu discurso, Bolsonaro classificou o cacique Raoni como “peça de manobra” que é usado por estrangeiros interessados em “avançar seus interesses na Amazônia”.

O líder indígena foi recebido pelos parlamentares na Câmara dos Deputados na quarta-feira (25) durante uma reunião do Fórum em Defesa da Amazônia.

Em entrevista na Câmara, o cacique reaffirmou a sua luta pela preservação do meio ambiente e que não procura ofender ninguém.

“Eu volto a repetir que minha fala é para o bem-viver, minha fala é tranquila. Não ofendo ninguém, que todo mundo viva com saúde, com tranquilidade. A minha luta é pela preservação do meio ambiente. Hoje todo mundo está voltando os olhos para a destruição do meio ambiente e o trabalho é para fortalecer e preservar o meio ambiente para todos”, afirmou o líder indígena.

Em 2018, Brasil registra 135 assassinatos de indígenas

Ainda de acordo com o relatório do Cimi, o ano de 2018 registrou um aumento no número de assassinatos, com 135 casos. Quase metade dos casos ocorreu em Roraima, com 62 mortes, seguido por Mato Grosso do Sul (38). Em 2017, haviam sido registrados 110 casos de assassinatos.

“Os dados reunidos neste relatório demonstram que, no ano de 2018, a partir de uma conjunção de interesses políticos e econômicos, a política indigenista tornou-se ainda mais caótica do que se registrou em anos anteriores. Houve, no período, um aumento dos assassinatos e suicídios. Evidencia-se, com isso, o fracasso das políticas

públicas e a sinalização por parte do governo de que a questão indígena não é demanda que preocupa o Estado”, diz o documento.

OFENSIVAS SOBRE AS TERRAS

Segundo o Cimi, um novo modelo de tomada de posse das terras indígenas está sendo praticado atualmente no Brasil. Trata-se de um modo renovado de apropriação das terras indígenas, que é ainda mais agressivo na violação de direitos dos povos.

“Geralmente, os invasores entram nas terras e roubavam a madeira, os minérios, a biodiversidade, etc... mas, em algum momento, eles iam embora. Agora, no entanto, em mui-

tas regiões, eles querem a posse da própria terra e as invadem com o propósito de permanecer nelas. Chegam a dividir os territórios ancestrais em lotes e vendem estas áreas. O que pouco se fala é que estas terras são de usufruto exclusivo dos indígenas, mas elas pertencem à União. As terras indígenas são patrimônio da União! Então, podemos dizer que toda a sociedade brasileira está sendo prejudicada, extorquida, de certo modo. Porque, quando não forem totalmente destruídos, estes bens naturais serão apropriados e vendidos para beneficiar apenas alguns indivíduos, justamente os invasores criminosos”, explica Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, secretário executivo do Cimi.

Ministro diz que problema da Educação são os professores

Governo quer colocar população contra a universidade pública, afirma a ANDES

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, em mais uma de suas investidas para desmontar a educação pública do país atacou, desta vez, os docentes do ensino superior.

O plano de desmonte do governo, que vem desde a entrega da administração das universidades para empresas privadas e o fim dos concursos públicos, se dirige novamente para os professores com a alegação de que o “problema” do Ministério da Educação é o salário.

O ministro afirmou, em um evento no Fórum Nacional do Ensino Superior, em São Paulo, que tem que ir atrás “da zebra mais gorda, que está na universidade federal”, referindo-se aos professores e fazendo uma relação hora-aula e salário que nada tem a ver com a realidade da categoria.

Segundo a ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), as afirmações do ministro são “equivocadas” e demonstram “desconhecimento ou má-fé” sobre o que representa o trabalho do professor na universidade pública.

Segundo a entidade os docentes das instituições de ensino superior públicas dedicam muito mais que as horas/aula por semana, com atividades profissionais muito além do trabalho em sala de aula na graduação e pós-graduação.

Como explica a entidade em nota pública em repúdio à fala de Weintraub, “os docentes planejam suas aulas, orientam estudantes, corrigem provas e trabalhos, escrevem projetos, livros, artigos e relatórios técnicos com base em suas pesquisas científicas, avaliam e realizam

trabalhos de pesquisa e extensão, participam de bancas de qualificação e defesa de monografias, dissertações e teses; se envolvem em atividades de gestão e de representação da universidade em diferentes espaços de interesse da sociedade, como por exemplo, nos Conselhos de Educação, Saúde, Ética em pesquisa; entre outras funções”.

A entidade alega ainda que “as declarações sobre os salários dos docentes de universidades federais não são fundamentadas em qualquer estudo sério sobre a composição salarial da categoria e apenas funcionam como uma desqualificação geral que pretende colocar o conjunto da população contra a universidade pública”.

Durante o Fórum, o ministro também usou da sua costureira grosseria até com os representantes do setor que tanto bajula, o do ensino privado, defendendo a autorregulação das universidades particulares e mandando o pessoal se virar.

“O que o governo vai fazer por vocês? Nada. Vocês têm que se virar. Vou começar por essa provocação: façam autorregulação. Mercado financeiro tem. Vocês têm que se reunir e buscar soluções”, disse.

Para a doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da UERJ, Eblin Farage, “pedir a faculdades privadas para elaborar o seu próprio sistema de autorregulação é comparável a colocar a demarcação de terras indígenas e a agricultura familiar sob o jugo do agronegócio. O Estado é que tem a obrigação de criar autorregulação da Educação, em especial a do setor privado, que é um grande mercado no Brasil”.

Bolsonaro usou a ONU para ‘dialogar’ com fanáticos, diz professor da UnB

Reprodução Justiça/STF MAMEDE SAID MAIA (*)

Em seu discurso na ONU, na terça-feira (24), Jair Bolsonaro adotou o mesmo espírito agressivo e beligerante com que trata seus adversários políticos no Brasil. Foi uma fala que refletiu sua anacrônica visão de mundo e que isola ainda mais o Brasil no contexto internacional.

Ao invés de se alinhar com as tendências mundiais em prol do multilateralismo e do fim das tensões globais, Bolsonaro falou para aqueles que, descolados da realidade, consideram-se em guerra com um imaginário inimigo comunista que ameaça a família e a soberania nacional.

Utilizando o mesmo tom hostil e desafiador com que trata a imprensa brasileira, o meio cultural e universitário, os ambientalistas, os índios e os movimentos sociais, Bolsonaro parecia falar de um mundo dos anos 60, no qual ele e Donald Trump cumpririam o papel de heróis que resgatam os valores do conservadorismo mais tacanho.

A pretexto de criticar as ideologias, fez um discurso radicalmente ideológico, negando sua responsabilidade no aumento do desmatamento da Amazônia, atacando a mídia e líderes mundiais e aprofundando sua subversão aos Estados Unidos. Chegou ao ponto de se contrapor

(*) Professor universitário e diretor da Faculdade de Direito da UnB



Lucro do banco subiu 10% no trimestre Itaú anuncia demissão de 6,9 mil por meio de PDV

O Itaú Unibanco anunciou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) que pode atingir até 6,9 mil dos 98,4 mil trabalhadores da instituição.

Segundo o presidente do banco, Candido Bracher, não se trata de uma necessidade de redução de quadros, mas de uma oportunidade para a instituição aumentar os seus lucros: “Não digo que é uma necessidade (de cortar vagas), mas uma oportunidade de otimização do nosso quadro. Temos diversas iniciativas digitais que fazem com que a necessidade de mão de obra seja menor, aí criou-se essa necessidade”.

Ainda segundo ele, o PDV vai atingir funcionários com idade a partir de 55 anos e que atendam alguns requisitos específicos, como ter tido algum tipo de estabilidade.

“Nós miramos um público que acreditamos que pode estar mais propenso e deseje uma alteração de carreira, ou por conta da idade ou porque já está em uma situação (financeira) mais estável”, disse.

Contudo, nesse momento da vida, os trabalhadores normalmente estão pensando em garantir sua aposentadoria e não em mudar de carreira, pelo menos enquanto a reforma da Previdência não for aprovada para acabar com o direito à aposentadoria.

Mas ainda assim, no comunicado enviado aos funcionários do banco, o Itaú Unibanco afirma que o PDV tem o “objetivo de dar a oportunidade de uma transição de carreira segura para quem tem interesse em deixar a empresa e adequar nossas estruturas à realidade de mercado”.

Segundo dados divulgados na noite de segunda-feira (23), no segundo trimestre do ano, a instituição registrou lucro líquido recorrente (que exclui efeito extraordinários) de R\$ 7,034 bilhões, uma alta de 10,2% na comparação com igual período de 2018.

Na avaliação de Bracher, para o setor bancário, o país vai muito bem, e as reformas econômicas apresentadas pelo governo Bolsonaro são altamente vantajosas para o setor financeiro: “É uma situação macroeconômica tão boa que eu nunca vi em minha carreira. Tem a questão fiscal, endereçada pela reforma da Previdência. Já a inflação está bem comportada e os juros estão estáveis há mais de um ano, com tendência de queda. E não temos dependência externa já faz um tempo. E o desemprego está em 12%, o que significa que podemos crescer sem criar pressão inflacionária”, disse.

Enquanto os lucros dos bancos aumentam, milhares de pessoas se somam à fila do desemprego no país, imerso no maior caos econômico e social, exceto para os bancos.



Ministro Weintraub afirmou que irá atrás das “zebras mais gordas”



Antônio Gonçalves, presidente da Andes, criticou o plano do governo

Para Andes, acabar com concurso público de professor é entregar ensino ao mercado

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Antônio Gonçalves, rebateu as afirmações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que pretende acabar com os concursos públicos para professores no ensino superior.

“É fundamental que os servidores – docentes e técnicos – sejam selecionados com isonomia, a partir de um concurso, e que haja estabilidade para que não fique à mercê do governo da vez, sendo pressionado e ameaçado de demissão. Além disso, é importante que os critérios de avaliação não sejam critérios produtivistas e meramente meritocráticos, na perspectiva do mercado, como o Ministro tem dado a entender”, afirma o dirigente.

A intenção do ministro

de Bolsonaro é submeter as universidades ao programa “Future-se”, que prevê a entrega da gestão das instituições de ensino superior a empresas privadas, as chamadas “Organizações Sociais”.

Com a proposta defendida pelo Ministro, os professores perderão o direito à estabilidade o que os deixa à mercê do Governo vigente e de sua “concepção” de conteúdo e educação.

Weintraub defende que a modalidade que acabará com estabilidade dos trabalhadores tem por objetivo reduzir a folha de pagamento que hoje representa 85% da verba Instituições de Ensino Superior e que isso seria uma “bomba relógio”.

Para Antônio Gonçalves, o que afeta a folha de pagamento é justamente o achatamento geral do orçamento para a Educa-

ção. “O orçamento foi tão achatado que o impacto da folha aumentou. Se não fosse esse achatamento do orçamento, o impacto da folha seria bem menor”.

Para o presidente da Andes, “o RJU [Regime Jurídico Único] oferece certa imunidade e proteção aos trabalhadores, inclusive contra os ataques dos diversos governos. Porque somos trabalhadores do Estado e não do governo da vez”. Regime Jurídico Único é o modelo estabelecido pelas contratações via concurso público.

Segundo o ministro, o objetivo é manter o arrocho: “A gente vai ser estrangulado o ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.”

“Bolsonaro na ONU fez gol contra o Brasil”, afirma Roberto Freire pelas redes sociais

O ex-ministro e presidente do Cidadania23, Roberto Freire, criticou o discurso de Bolsonaro na ONU, apontando que isso trouxe mais isolamento para o Brasil.

“Bolsonaro na ONU fez gol contra o Brasil”, afirmou. “Mesmo que não prospere e não seja aprovada a resolução do Partido Democrata dos EUA é um grave sintoma do nosso crescente isolamento no concerto das nações e dos povos”, disse nas redes sociais.

Um dia depois de Bolsonaro falar na ONU, dezesseis parlamentares democratas apresentaram uma resolução em que pedem que o governo dos Estados Unidos cancele o Brasil como aliado na Otan e suspenda todo apoio militar e policial ao governo de Jair Bolsonaro, pelo número de “mortes injustificadas promovidas por agentes de segurança brasileiros”.

O presidente do Cidadania comentou também a declaração de Bolsonaro no seu discurso de que o Brasil “esteve muito próximo do socialismo” durante os governos do PT. Freire rebateu dizendo que



Roberto Freire, presidente do Cidadania23

os “governos do PT e aliados nem de perto chegaram as beiras do socialismo”.

Para Roberto Freire, os governos petistas “foram gestores do capitalismo tupiniquim e mantenedores das perversas e injustas desigualdades desde sempre existentes na sociedade brasileira”.

Através de seu Twitter, o ex-deputado federal aconselhou a uma bolsonarista a não se deixar “levar pelas maluquices ideológicas da extrema direita, que vê o fantasma do comunismo em cada porta, cada esquina”. O

governador de São Paulo, João Dória, também criticou o discurso de Bolsonaro na ONU.

“O discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU em Nova York: primeiro, inadequado; segundo, oportuno; terceiro, sem referências que pudessem trazer respeitabilidade e confiança no Brasil; quarto, péssima repercussão internacional; lamento que o presidente Jair Bolsonaro tenha perdido mais uma oportunidade para o Brasil”, comentou.



Grevistas foram reprimidos na empresa

Após repressão de policiais em fábrica, metalúrgicos da Embraer suspendem greve

Os trabalhadores da Embraer que estavam em greve sofreram forte repressão policial na manhã de quarta-feira (25), na porta da empresa em São José dos Campos (SP).

Diante da violência da Polícia Militar e forças da Aeronáutica, que montaram um corredor polonês com Tropa de Choque para intimidar os trabalhadores, obrigando-os a entrarem na fábrica, o sindicato decidiu suspender temporariamente a paralisação.

A PM chegou a agredir com cassetetes os dirigentes do sindicato Alex da Silva Gomes e Herbert Claros. Alex foi detido e levado para a delegacia.

“A truculência da PM a mando da empresa é um crime contra o direito à livre organização sindical e ao direito constitucional de greve. A paralisa-

ção foi suspensa, mas a luta dos trabalhadores continua e a greve pode voltar a qualquer momento”, disse o diretor do sindicato Herbert Claros.

O sindicato e representantes da empresa se reuniram ontem à noite, a pedido da empresa, que, mesmo sem apresentar nenhuma nova proposta, exigiu o fim da greve.

A categoria reivindicava 6,37% de reajuste salarial, enquanto a empresa propõe apenas a inflação (3,28%) e retirada de direitos da Convenção Coletiva da categoria.

O advogado da entidade, Aristeu Pinto Neto, afirmou que “o sindicato vai tomar todas as medidas judiciais necessárias para denunciar o uso de empresa privada para reprimir os trabalhadores. Isto é grave e tem de ser apurado”.

México: Obrador anuncia Plano Nacional de Desenvolvimento fortalecendo o papel do Estado

O presidente do México, López Obrador, afirmou que a implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) tem como objetivo uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, segurança no enfrentamento ao passado neoliberal, fortalecendo o combate à corrupção.

Conforme Obrador, a economia ocupa um capítulo chave desta história, e é preciso que o Estado promova o desenvolvimento, de forma diferente do passado recente em que se usava, hipocritamente, a estrutura pública para intervir em favor dos bancos privados, como se fez com o Fobaproa (Fundo Bancário de Proteção à Poupança).

Sempre os planos nacionais de desenvolvimento se faziam a partir da agenda imposta desde o estrangeiro, com base no receituário neoliberal e com as chamadas “reformas estruturais”, arrojando os programas sociais e subtraindo os serviços públicos e com o centro nas “soluções” que favoreciam o “mercado”. “Este é completamente diferente”, assinalou, pois busca construir um México com bem-estar e desenvolvimento sustentável.

Os primeiros dez mil exemplares do PND, distribuídos no palácio presidencial, explicam a razão de todos os programas, dando ênfase ao desenvolvimento urbano, à educação e às universidades públicas, aos institutos de saúde e ao fortalecimento dos valores culturais, morais e espirituais da nação mexicana.

“É necessário que todos saibam qual é o marco de referência, o marco teórico, político e conceitual de nossas ações de governo, porque se dizia no período neoliberal que não havia outra forma, que somente podíamos adotar o modelo que estávamos aplicando. Hoje demonstramos que há outra opção e deixamos de lado o caminho trilhado de sempre”, acrescentou o presidente, informando que além das linhas gerais agora traçadas o plano será fornecido ao país, em detalhes, nos próximos dias.

CASO AYOTZINAPA

O governo destacou a relevância de relembrar os 43 estudantes de Ayotzinapa – cidade no sul do país – desaparecidos há cinco anos, reconheceu ter havido um “crime do Estado”, ofereceu uma recompensa milionária a quem fornecer informação sobre o ocorrido e reiterou que não haverá impunidade.

Em relação aos desordeiros que saíram da marcha nesta quinta-feira para promover quebra-quebra na Cidade do México, Obrador disse se tratem de “conservadores e provocadores” e que é preciso “ver quem os financia”, já que atuam para nublar um caso de “desaparecimento forçado”. “São pessoas que não contam com o respaldo da população e prejudicam o movimento legítimo e justo dos familiares de Ayotzinapa, que querem encontrar os estudantes desaparecidos. Quem sai de uma marcha justa para quebrar uma livraria é provocador”, sublinhou.



Policiais derrubaram a estátua do primeiro secretário-geral da Unasul, Néstor Kirchner

Polícia do Equador invade e depreda sede da Unasul

A estátua do ex-presidente argentino e o primeiro secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Néstor Kirchner, situada no setor externo do edifício sede do organismo, que goza de imunidade de jurisdição, foi derrubada no dia 26 de setembro.

A invasão bárbara perpetrada pela polícia do edifício da organização regional, localizado a cerca de 10 quilômetros ao norte de Quito, capital do Equador, e a retirada da estátua de Kirchner não mereceram nenhuma explicação oficial nem das autoridades locais, nem da chancelaria do Equador, mas o que restou do monumento ficou coberto com um plástico negro, visibilizando ainda mais o descaso.

A Unasul nasceu em maio de 2008 como um projeto de integração regional, apoiado principalmente pelos então governos da Argentina, Venezuela, Brasil, Bolívia e Equador, entre outros, com o objetivo de criar um foro de discussão, de elaboração de políticas regionais e de resolução de conflitos que, diferente da Organização de Estados Americanos (OEA),

não incluiu os Estados Unidos e sua política de ingerência. Com a mudança do quadro político que houve em muitos dos países da região, a organização que incluía a todos os Estados sul-americanos e que tomava decisões só por consenso perdeu força. A crise na Unasul iniciou-se em 2017 quando os doze Estados membros não conseguiram entrar em acordo sobre o novo secretário geral, se agravou pelas posições divergentes sobre a situação na Venezuela e mais ainda quando, em abril de 2018, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru suspenderam sua participação e financiamento.

A estátua, que esteve no local durante cinco anos, foi doada pela esposa de Néstor Kirchner, a também ex-presidente e atual senadora Cristina Fernández de Kirchner, que hoje é candidata à vice-presidência da Argentina nas eleições gerais que acontecerão no próximo 27 de outubro.

Em meados de março último, o presidente Lenin Moreno dispôs que o Equador deixasse a Unasul argumentando que esta não tinha cumprido os propósitos para os quais foi constituída.

Empresários e trabalhadores repelem política de terra arrasada de Macri



Argentinos ocuparam centro de Buenos Aires contra devastação macrista

Professor Gherman: “Judeus não devem se deixar usar pela degeneração bolsonarista”

“Bolsonaro se coloca como o anti-iluminista, vinculado à necropolítica, o seu limite é o limite da morte, para ele, o inimigo é para torturar, matar. Ele é o contrário de tudo que nós defendemos em nome da tradição judaica”, afirma, em entrevista concedida ao HP, o professor Michel Gherman, diretor do Instituto Brasil Israel e coordenador – em conjunto com a professora Mônica Grin – do Núcleo de Estudos Judaicos da UFRJ. Gherman é antropólogo formado pela Universidade Hebraica de Jerusalém e historiador pela UFRJ

Nathaniel Braia – Como se vinculam os acontecimentos políticos do Brasil e a comunidade judaica em nosso país?

Michel Gherman – No Brasil, o que está se projetando é a figura de um político pária no cenário internacional. O aliado de Bibi Netanyahu, aqui é hoje repudiado amplamente, desde aqueles que defendem a ecologia, até os que defendem os direitos humanos. O amigo de Netanyahu aqui é uma pessoa que consegue criar uma unidade internacional contra si.

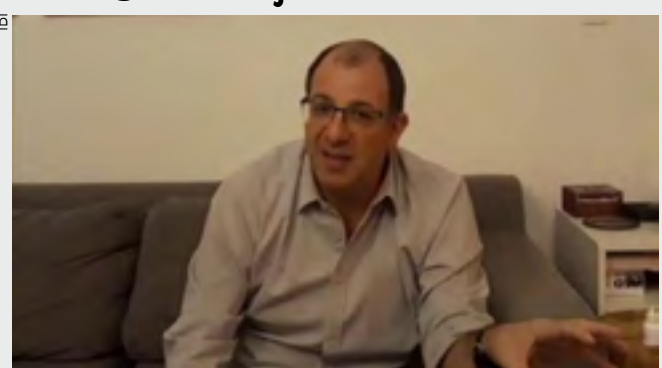
– Como você vê a relação que se estabeleceu entre setores da comunidade judaica brasileira e Bolsonaro?

– Em primeiro lugar, há uma sedução que pegou muita gente dentro da comunidade judaica, que é a de que Bolsonaro é amigo dos judeus. Essa sedução é perigosíssima. Porque Bolsonaro não tem nenhuma relação com os judeus, pelo menos não com os judeus reais, mas com o judeu imaginário que ele cria para poder aparecer de forma que lhe é vantajosa em grupos específicos. É inegável que Bolsonaro está mergulhado em perspectivas fascistas, mas eu vejo até coisas piores, ele vem das sombras, da resistência medieval ao iluminismo, é um homem que se coloca como o anti-iluminista, vinculado à necropolítica, o seu limite é o limite da morte, o inimigo é para matar, é o contrário de tudo que a gente defende em nome da tradição judaica.

– É verdade. Destaco duas declarações neste sentido. Uma do filho dele que disse que com democracia não dá pra ajeitar o Brasil” e a de seu guru, o Olavo de Carvalho que disse que “sem alguns assassinatos não dá para consertar o Brasil”...

– O próprio Bolsonaro falou sobre isso, prender, botar pessoas na “Ponta da Praia” [...].ponta da praia com o tempo virou uma gíria entre militares linha dura para designar lugar clandestino para interrogatório com tortura e eventual morte, explica o professor de história da UFRJ Carlos Fico, especializado na ditadura militar brasileira; in matéria da Folha de São Paulo de 29/12/2018].

Agora falar estas coisas em nome dos judeus, em nome de Israel, para mim, é uma das questões mais sérias que poderia acontecer, uma das tarefas históricas que a comunidade judaica e os sionistas têm diante de si é se desvincular desta perspectiva. Se não houver uma desvinculação clara, vamos pagar um preço histórico, caríssimo, isso será cobrado a quem se mantiver aliado a isto. Bolsonaro é um



“O judeu imaginário adotado por Bolsonaro nega todas as conquistas do iluminismo judaico”

câncer, é uma degeneração da Civilização Ocidental, é uma perspectiva de morte, de exilar pessoas, muda a percepção da civilização judaico-cristã. É uma coisa que ele e seu grupo inventaram, para garantir sua manutenção no poder.

– Há uma movimentação na comunidade judaica brasileira. Recentemente você esteve presente aqui em São Paulo em um evento de lançamento da revista do Observatório Judaico de Direitos Humanos. Como você observa este movimento?

– Eu acho que se a gente não fala agora, o silêncio vai nos cobrar de forma mais clara por esta omissão. Neste sentido, iniciativas como o Observatório, acontece neste momento, com o papel histórico de fundamentação de um novo judaísmo, um judaísmo que tem que dizer a Bolsonaro, e dizer a toda a comunidade judaica que é preciso gritar, “Não em nosso nome”.

Porque o judeu que vota em Bolsonaro, apoia Bolsonaro, deve assumir o risco do que ele está cometendo sem olhar ao seu redor. Se ele quer apoiar Bolsonaro, o que faça, mas não em nome do judaísmo.

– Qual o significado de termos 59% dos judeus votando em Bolsonaro no segundo turno?

– É preciso observarmos isso melhor. A comunidade judaica, em centros como Rio, São Paulo e Porto Alegre, está vinculada às camadas A B e C da população. Se observarmos os setores A e B da população em geral, podemos perceber que a maioria dos judeus votou no Bolsonaro, mas uma maioria menor dos que os não judeus destas camadas que, em geral, votaram nele. Pessoas destas classes votaram nele à razão de 70%, 10% a mais. Isso é muito importante.

Os que votam, em geral, no Bolsonaro, o fazem desde uma perspectiva de classe, com base verdadeira ou não, mas em uma tal perspectiva.

É preciso, a esta altura, percebermos que a exigência que se faz dos judeus de se afastarem do nazismo, diante do que foi o holocausto, é uma exigência de dar pedagogia à história. Mas a história não é exatamente escola, história é experiência, história é processo. Então os judeus que votaram em Bolsonaro ainda têm pouco a ver com essa compreensão da história, os judeus que votaram em Bolsonaro o fizeram geralmente por questões de classe social.

Então, um parêntese, a pergunta é: o que acontece com esta burguesia brasileira, que abre mão de todos os valores civilizatórios em favor de uma extrema direita torpe que acaba de chegar ao poder?

Portanto, podemos perceber que o quadro é um pouco melhor do que se imagina. Entre os judeus (a grande maioria

de classes mais abastadas), votaram 59%. Então podemos nos perguntar: porque que um cidadão que ostenta a bandeira de Israel como referência, não consegue trazer para o seu lado 75%, 80% dos judeus? Então não se pode dizer que é exato afirmar generalidades como “os judeus foram os que mais votaram em Bolsonaro”...

– Você já citou, como momento histórico, a quantidade de judeus que estavam do lado de fora da Hebraica do Rio de Janeiro, quando Bolsonaro estava lá dentro e, em repúdio a seu discurso, seguravam a bandeira de Israel.

– É verdade. A primeira manifestação pública contra Bolsonaro aconteceu na frente da Hebraica do Rio de Janeiro. Agora, o que não podemos deixar acontecer, nós que atuamos em entidades como o Observatório Judaico dos DH, do grupo Judeus pela Democracia, Associação Sholem Aleichem – ASA, é permitir a exclusividade da fala em nome da comunidade judaica às entidades-teto dessa comunidade.

A Conib (Confederação Israelita Brasileira), a Fisesp (Federação Israelita do Estado de São Paulo) e a Fierj (Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro), não falam em nome dos judeus progressistas que estão se dando as mãos em defesa da democracia.

– Mas, no evento que aconteceu em São Paulo, em favor dos direitos humanos, a Fisesp mandou um representante.

– Sim. A Fisesp está entendendo que existe uma diversidade política no seio da comunidade judaica e está disposta a um diálogo, manter canal aberto com os judeus progressistas de São Paulo. Até agora, infelizmente, a Fierj se nega a isso.

– Mas há os que se colocam no campo de defesa da nossa democracia que, no entanto, não percebem isso, essa movimentação e sua importância. Olham para esta Federação de São Paulo, como se fora um inimigo.

É um problema. É preciso que se entenda que é um momento de criação de frentes, de junção de forças. Neste sentido, se Federação Israelita do Rio de Janeiro quiser participar dessa frente, ela é muito bem-vinda também. Mesmo com todas as besteiras que ela produziu até agora, ela seria bem-vinda. Se tivesse gente assim nessa Federação seria ótimo. Gostaria que tivessem, que nos procurassem... A Federação Israelita de São Paulo traz um diálogo possível e tem que ser articulado mais diálogo. Organizados amplos debates. Temos que ir atrás de gente que está procurando entender o outro lado.

Leia a entrevista na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A APYME (Assembleia das Pequenas e Médias Empresas) da Argentina se une às centrais sindicais para repudiar o arrocho implantado pelo governo de Macri

Faltando só um mês para as eleições gerais de 27 de outubro na Argentina, Macri, que não tomou nenhuma medida para aliviar a situação criada pela megadevalorização que executou em 12 de agosto, assinou um ridículo decreto para entregar um bônus de cinco mil pesos (362 reais) por conta de futuras negociações salariais e em parcelas aos trabalhadores de empresas privadas.

A medida eleitoreira do governo, além de não servir para aliviar em nada o trabalhador arrochado sob uma inflação galopante, é rechaçada pelas Pequenas e Médias Empresas (PYMES), através de sua entidade, a APYME, que representa um setor que amarga o fechamento de mais de 28 mil negócios e que declara não ter condições de cumprir com essa imposição demagógica, sem o concurso de outras medidas de apoio a sua retomada do crescimento.

A APYME reuniu, em encontro em Córdoba, no dia 17, 200 empresários que declararam apoio ao candidato opositor, Alberto Fernández.

Do mesmo modo, as centrais sindicais denunciam que o governo continua fazendo negociações e assinando acordos que vulneram a soberania e as normas constitucionais, sem autorização do Congresso.

A oposição denunciou que o governo deixa a Argentina como “terra arrasada”, depois que Macri não conseguiu nem pagar seu próprio compromisso de cinco bilhões 400 milhões de dólares ao Fundo Monetário

“Arrogância neocolonial dos EUA é contra o espírito da ONU”, afirma Sergei Lavrov

O artigo é do Ministro das Relações Exteriores da Rússia, S.V. Lavrov, originalmente intitulado “O mundo na encruzilhada e o sistema de relações internacionais do futuro”, para a revista “Rússia nos assuntos globais”, publicado em 20 de setembro de 2019*

Nos próximos dias, a 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas será aberta e, com ela, segundo a tradição, a “estação política” internacional.

A sessão começa no contexto de um momento histórico profundamente simbólico. No próximo ano, celebraremos os grandes aniversários interrelacionados – o 75º aniversário da Vitória na Grande Guerra Patriótica, Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU. Compreendendo o significado espiritual e moral dessas datas, é necessário lembrar o significado político da época da vitória na guerra mais severa da história da humanidade.

A derrota do fascismo em 1945 foi fundamental para o curso posterior da história mundial. As condições foram criadas para a formação da ordem mundial do pós-guerra, sendo a Carta da ONU a estrutura de apoio – até hoje uma fonte essencial do direito internacional. O sistema do qual a ONU é o centro ainda mantém a estabilidade e possui uma grande margem de segurança. É uma espécie de “rede de segurança”, garantindo o desenvolvimento pacífico da humanidade em condições – em muitos aspectos naturais – da divergência de interesses e rivalidades das principais potências. A experiência adquirida durante os anos de guerra de cooperação não ideologizada entre Estados com diferentes sistemas socioeconômicos e políticos ainda é exigida.

É lamentável que essas verdades óbvias sejam deliberadamente abafadas, ignoradas por algumas forças influentes do Ocidente. Além disso, aqueles que querem “apropriar-se” da vitória, apagar o papel da URSS na derrota do fascismo, esquecer o feito de libertação com sacrifício do Exército Vermelho, para não lembrar os muitos milhões de civis soviéticos que morreram durante os anos da guerra, para apagar da história as consequências de uma política perniciosa de apaziguar o agressor. Deste ponto de vista, a essência do conceito de “igualdade do totalitarismo” é

Internacional, parcela já vendida depois do endividamento monstruoso que levou o país a assumir com o FMI.

A Associação de Pessoal de Direção das Ferrovias e Portos Argentinos e outros sindicatos afins declararam “estado de alerta permanente” diante do projeto de Macri de, em uma política de vale-tudo, transferir os amplos e valiosos terrenos do Porto de Buenos Aires, que pertencem à nação, para a capital, para continuar com uma negociata imobiliária já que o atual prefeito, Horacio Rodríguez Larreta, é o único governista com chances de reeleição, pela capital, e ficaria como o único bastião importante da aliança Cambiemos que até agora governa com Macri.

Enquanto se avolumam as denúncias pelos atos do governo de assinar acordos secretos, nomeações de juizes ou negociações que favorecem tanto os funcionários do governo como empresários próximos, ou de cumprir com todas as imposições dos Estados Unidos, todas as pesquisas dão como ganhador com mais de 50% dos votos a Alberto Fernández, do bloco opositor Frente de Todos.

Milhares de manifestantes de movimentos sociais e associações de trabalhadores do Estado em nível nacional, já haviam ocupado ruas e marcharam em Buenos Aires por distintas avenidas até a Praça de Mayo e o Congresso, na terça-feira, 24, para denunciar antecipadamente a manobra como uma nova mentira do governo e uma tentativa de burlar a vigilância popular.

claramente visível. Seu objetivo não é apenas menosprezar a contribuição da URSS para a Vitória, mas também privar retrospectivamente nosso país de sua história específica como arquiteto e garantidor da ordem mundial do pós-guerra, e depois colocar nela o rótulo de um “poder revisionista” que ameaça o bem-estar do chamado “mundo livre”.

Essa interpretação de eventos passados também significa que, no entendimento de alguns parceiros, a principal conquista do sistema de relações internacionais do pós-guerra deve ser o estabelecimento de um elo transatlântico e a perpetuação da presença militar dos EUA na Europa. Obviamente, esse não é o cenário pelo qual os Aliados estavam orientados no estabelecimento das Nações Unidas.

O colapso da URSS, a queda do Muro de Berlim, que separou condicionalmente os dois “campos”, o confronto ideológico irreconciliável que definiu os contornos da política mundial em praticamente todas as esferas e regiões tornaram-se coisa do passado – essas mudanças tectônicas, infelizmente, não levaram ao triunfo da agenda da unificação. Em vez disso, reatitudes triunfantes começaram a dar conta de que “o fim da história” havia chegado e agora haveria apenas um centro para a tomada de decisões mundiais.

Hoje é óbvio que as tentativas de aprovar um modelo unipolar falharam. O processo de transformação da ordem mundial tornou-se irreversível. Novos grandes protagonistas, com uma base econômica estável, se esforçam para influenciar mais ativamente os processos regionais e globais, com boas razões para reivindicar uma participação mais significativa nas principais decisões. A demanda está crescendo por um sistema mais justo e inclusivo. Recaídas de abordagens neocoloniais arrogantes que dão a alguns países o direito de ditar sua vontade a outros são rejeitadas pela maioria absoluta dos membros da comunidade internacional.

Tudo isso causa um desconforto tangível para aqueles que há séculos estão acostumados a estabelecer os padrões do desenvolvimento mundial, com vantagens de monopólio.

*traduzido por Sérgio Lessa, sócio proprietário da Sputnik Commercial & Consulting
Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Justiça veta normas da Casa Branca para perseguir e prender menores imigrantes

A juíza federal Dolly Gee bloqueou na sexta-feira (27) as regras utilizadas pelo governo de Donald Trump para perseguir e prender menores imigrantes nos Estados Unidos, uma vez que descumprem com o acordo de 1997 que define as condições para a custódia dos menores de idade.

Segundo Gee, o Acordo Flores ordena que o governo deixe as crianças em liberdade, sob a tutela de um familiar que viva nos EUA, "o mais rapidamente possível".

A decisão foi anunciada após uma audiência em que os advogados denunciaram que a constante manipulação das regras por parte do governo tem permitido manter os menores presos indefinidamente e em instalações que não contam com a mínima estrutura, nem pessoal nem material.

Um informe apresentado recentemente pela Rede Fronteiriça pelos Direitos Humanos nos EUA descreve a situação destes centros de detenção como "grave e só está piorando": "as pessoas estão morrendo por causa do que ali acontece". Até o mês de junho houve uma morte por mês, mas há incontáveis mortes sem registro.

MURO DA SEGREGAÇÃO

Por 236 votos a favor e 174 contra, a Câmara de Representantes (equivalente à dos deputados no Brasil) decidiu revogar a decisão do presidente estadunidense de utilizar US\$ 3,6 bilhões dos fundos militares para construir seu muro da segregação na fronteira com o México. Trump já anunciou que vai vetar a proposta e que manterá, no próximo ano, até 5.500 soldados posicionados ao longo da fronteira para combater os imigrantes.

O Departamento de Estado também confirmou a política de asfixia contra os refugiados, anunciando que irá permitir a entrada de tão somente 20 mil pessoas em 2020, a cifra mais baixa na história recente. Qualificada como "ultraje aos compromissos humanitários do país", a decisão é uma afronta às centenas de milhares de pedidos de asilo pendentes, a maioria apresentadas por imigrantes centro-americanos que cruzaram a fronteira com o México.

Organizações de direitos humanos também exigiram que o órgão de controle interno do Departamento de Segurança Nacional esclareça sobre a prática de enviar requerentes de asilo para o México enquanto seus casos ainda estão sendo processados.

De acordo com a União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU), como se já não bastasse o fato de que uma em cada cinco crianças separadas dos pais terem menos de cinco anos de idade, há casos de bebês.

Para completar o descalabro, mulheres grávidas têm sido obrigadas a dormir no chão nestes "estabelecimentos", recebendo tão somente água e alimentos inadequados, em centros de detenção superlotados e sem as mínimas condições de higiene, mesmo estando sob custódia do governo estadunidense. Depois, próximas de dar a luz, elas são enviadas ao México, onde entram em trabalho de parto, tudo isso sem nenhuma consideração por suas condições de vulnerabilidade.

Sob o governo Iván Duque, assassinatos e atentados marcam eleições colombianas

Marcadas para o próximo dia 27 de outubro, as eleições colombianas já deixaram um monstruoso saldo de sete candidatos mortos, 39 ameaçados, dois sequestrados e cinco vítimas de atentados.

"O panorama é preocupante. Na disputa pelo poder local, alguns candidatos estão debatendo entre continuar sua aspiração ou morrer. Fazer política em muitas regiões é uma atividade perigosa", esclarece o economista e professor universitário Camilo Rengifo Marin, do Centro Latino-Americano de Análise Estratégica (CLAE).

Conforme Marin, as eleições deste ano – em que o povo colombiano elegerá governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores – contrastam com as de 2015, "as mais pacíficas da história recente". Segundo a Ouvidoria do Povo, atualmente, em 402 municípios, há um nível de risco pela presença de atos armados ilegais, porém o governo do direita de Iván Duque não atua contra a insegurança pública e o assassinato massivo de dirigentes políticos, camponeses e indígenas", esclareceu.

As cifras oficiais apontam que entre o dia 27 de outubro de 2018 e 27 de agosto de 2019 foram registrados 364 "atos violentos" contra lideranças políticas, sociais e comunitárias e que, destes, 91 foram assassinados desde o começo do calendário eleitoral. Para as organizações de direitos humanos, os assassinatos já superam os 800 dirigentes populares, com as milícias de direita sendo encobertas pelo desgoverno de Iván Duque, numa política de "terrorismo de Estado".

Marin recordou que estas eleições serão as primeiras em que a sigla originária das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), antiga guerrilha convertida em partido Força Alternativa Revolucionária do Comum, será posta à prova eleitoralmente depois dos Acordos de Paz de dezembro de 2016. "Desde a assinatura do acordo foram executados 160 ex-combatentes e agora que se aproximam as eleições aumentam as ameaças contra os dirigentes do partido", denunciou o professor.

Diante de tamanho descalabro, ressaltou o integrante do CLAE, "organizações de direitos humanos, os próprios partidos e comissões internacionais pediram ao governo que multiplique e reforce as medidas de proteção". "A situação é tão dramática que em alguns municípios se consideraram inclusive a possibilidade de cancelar as eleições", sublinhou.

Para Trump, "soberania" é submeter as nações aos EUA



Trump encenou na ONU a defesa da "soberania" e não para de impor sanções ilegais

França se despede de Chirac, que se recusou a endossar a guerra dos EUA contra o Iraque

A França se despediu na segunda-feira (30) do ex-presidente Jacques Chirac, que morreu na quinta-feira aos 86 anos e tido por muitos como o "último gaullista".

Milhares de pessoas prestaram a ele uma última homenagem no Palácio dos Inválidos no domingo, formando uma longa fila, apesar da chuva e vento. Coberto com a bandeira tricolor, o caixão de Chirac foi colocado na entrada em frente a uma enorme foto mostrando-o sorrindo no meio de uma multidão.

O governo Macron decretou feriado nacional e dezenas de chefes e ex-chefes de Estado se fizeram presentes à despedida, entre eles o presidente russo Vladimir Putin, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, o presidente italiano Sérgio Mattarella, o presidente alemão Frank-Walter Steinmeier, o primeiro-ministro belga, Charles Michel, o rei da Jordânia, Abdalla II e o primeiro-ministro libanês Saad Hariri. Também os ex-presidentes franceses François Hollande, Nicolas Sarkozy e Valéry Giscard d'Estaing.

Sobre Chirac, Macron afirmou que ele "protegeu a França do extremismo e do ódio" e defendeu uma "França orgulhosa e independente" no cenário mundial.

Após uma missa com familiares e amigos no complexo dos Inválidos, foi realizado um tributo militar a Chirac, com Macron inspecionando as tropas e execução da Marselhesa, o



Ex-presidente Chirac em foto de novembro de 2014

hino francês. Sob aplausos, o caixão foi levado por ex-agentes de segurança de Chirac até o carro fúnebre, que seguiu para a Igreja do Santo Súplicio, sob aplausos da multidão.

Pessoas tiraram fotos e derramaram lágrimas, e cartazes diziam: "Obrigado por dizer não à guerra no Iraque". Na igreja, o pianista Daniel Barenboim tocou uma peça de Schubert. Depois da cerimônia na igreja, o caixão foi levado para o cemitério de Montparnasse, em Paris, para um funeral privado. Por toda a França, foi observado um minuto de silêncio em homenagem a Chirac.

LEGADO

Como registrou o jornal L'Humanité, Chirac "manteve uma alta ideia da França e de seu papel, como um legado do gaullismo" e "jamais concordou em um pacto com a extrema-direita". Em 2002, tornou-se o candidato abraçado pelas forças democráticas no segundo turno, para barrar a ascensão do xenóforo Jean-Marie Le Pen e sua

Front National. Em 2003, Chirac, conhecido por suas frases e senso de humor, teve a alizive de se opor à invasão do Iraque por W. Bush, inclusive ameaçando vetar, ao lado da Rússia, qualquer resolução nesse sentido no Conselho de Segurança da ONU, impedindo a legalização da guerra de agressão, que acabou desencadeada pela "coalizão dos dispostos", com o notório poodle Tony Blair, sob a mentira das armas de destruição em massa.

Na época, a mídia norte-americana chegou a fazer uma campanha de execração da França, a ponto das batatinhas fritas, conhecidas nos EUA como "french fries" ('fritas francesas'), mudarem de nome em muitos restaurantes, para "freedom fries", 'batatinhas fritas da liberdade'.

O que pode explicar o "fenômeno da nostalgia" diante de seu desaparecimento a que o L'Humanité se referiu – e que possivelmente expressa o desencanto com os líderes franceses posteriores e sua reiterada sabujice. A.P.

Íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

Presidente iraniano repudia acusação por ataque a refinarias e exige provas

"Aqueles que fazem as alegações devem fornecer as provas necessárias para sustentar tais alegações", afirmou o presidente do Irã, Hassan Rouhani, rechaçando a acusação, sem quaisquer provas ou uma investigação que seja, de Washington e Riad, de que seu país está por trás do recente ataque a duas refinarias sauditas. "Não temos nada a ver com isso", sublinhou Rouhani em entrevista coletiva na quinta-feira (26).

Rouhani disse ainda que em suas reuniões com representantes europeus nesta semana, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, cujos países passaram a endossar a acusação como "altamente provável", que mostrassem qualquer informação que justificasse tal declaração.

As forças do Iêmen, que a mídia ocidental chama de 'houthis' e que desde 2015 enfrentam a agressão saudita, as sumiram oficialmente a res-

ponsabilidade pelos ataques.

O presidente iraniano disse que os governos dos EUA e da Europa deveriam levar em conta as capacidades militares das forças iemenistas, citando o arsenal de mísseis de longo alcance.

Horas após os ataques, que causaram grandes danos à maior instalação de processamento de petróleo da Arábia Saudita e do mundo, o governo Trump atribuiu a culpa ao Irã sem exibir qualquer prova. Esta semana, os governos de Londres, Paris e Berlim endossaram em declaração a acusação vazia. Rouhani reiterou que o Irã não entraria em negociações com os EUA, a menos que o presidente Donald Trump levantasse o embargo ao petróleo e outras sanções, cujo objetivo evidente é estrangular a economia iraniana e dobrar seu povo pela fome.

O governo Trump precisa "cessar essa política de pressão máxima" em favor

do "diálogo, lógica e razão", afirmou o presidente iraniano.

Foi Trump que retirou os EUA do acordo negociado extensamente por seu antecessor, Barack Obama, com Teerã, juntamente com os demais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (Rússia, China, França e Grã Bretanha), mais a Alemanha. Acordo que impunha a mais rígida fiscalização ao programa nuclear iraniano e vinha sendo rigorosamente cumprido por Teerã, de acordo com a Agência da ONU para a Energia Atômica (AIEA).

Perguntado se ele estava aberto a um acordo mais amplo que fosse além das questões nucleares, como Trump diz querer, Rouhani assinalou que o acordo de 2015 – conhecido como JCPOA – precisaria primeiro ser totalmente implementado como base para negociações mais amplas.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

Em seu discurso à 74ª Assembleia Geral da ONU Donald Trump fez uma defesa fake da "soberania e da independência" enquanto, a cada dia, agride países com sanções ilegais, bloqueios e ameaças

Em meio ao anúncio de que os democratas resolveram entrar com um pedido de impeachment, o presidente Donald Trump foi à 74ª Assembleia Geral da ONU e, na condição de atual chefe do país mais imperialista do planeta, com 800 bases em terra alheia, dez grupos de porta-aviões nucleares, imposição de leis extraterritoriais e sanções econômicas contra dezenas de países e indifensável hegemonia no FMI e no Banco Mundial, teve a cara de pau de enaltecer 'o patriotismo', ao qual o futuro pertenceria, e "não aos globalistas".

Chegou até mesmo a enaltecer em tom elevado as "nações soberanas e independentes", deixando de lado aquelas tuítadas grotescas que se tornaram sua marca registrada. Prodigios que só a leitura pelo Teletexto explicam.

Certamente não é em prol das "nações soberanas e independentes" que existem as 800 bases ou o orçamento do Pentágono de quase US\$ 1,5 trilhão em dois anos – mas para submeter-las aos interesses dos monopólios norte-americanos, especialmente de Wall Street, do complexo industrial-militar e das petroléiras.

OUTRO NOME

A súbita "defesa do nacionalismo" (sic) e rejeição ao globalismo de parte de Trump até mereceu registro da agência Reuters.

Mas como dizia o economista John Kenneth Galbraith, que serviu a Roosevelt e a Kennedy, quando o debate sobre a "globalização" pegou no breu na década de 1990, "globalização não é um conceito sério. É um termo que nós, americanos, inventamos para dissimular nossa política de avanço econômico em outros países e para tornar respeitáveis movimentos especulativos de capital".

Ou, segundo Henry Kissinger, que dispensa apresentações, e cuja alma penada ainda vagueia entre nós, "globalização é na verdade outro nome para a posição dominante dos Estados Unidos".

O recente desprezo pelo globalismo de parte dessa gente é só expressão de quão longe foi a decadência do império norte-americano, que até poucos anos se apresentava como a 'hiperpotência única' pós queda da URSS e instauração da ordem global neoliberal 'pela eternidade'. O 'país indispensável', aquele que faz história enquanto os outros agumentam e cujo lebensraum (espaço vital) era o planeta inteiro (mais modesto, Hitler só pleiteava a Europa).

Conforme Trump, o mundo não para de tirar vantagem dos Estados Unidos e está na hora de "acabar com essa grave injustiça econômica".

Como se sabe, os EUA desde Bretton Woods mantêm o "privilégio exorbitante" de poderem pagar o produto do trabalho dos demais povos com papel pintado [ou digitalizado], o dólar, tornado moeda de reserva internacional.

As normas do comércio internacional, as orientações do FMI, o Consenso de Washington, a metástase do rentismo, é tudo made in USA.

A China não pôs um revólver na cabeça de nenhum presidente norte-americano para tirar as fábricas e os empregos e levá-los para a Ásia.

Foram os monopólios decadentes norte-americanos que decidiram fazer

isso, o que chamaram de 'arbitragem de salário', para pagar salários de Taiwan e exportar para os EUA e vender a preços de Nova Iorque. Também ajudou a manter o salário mínimo nos EUA congelado há mais de dez anos.

Antes disso, foram os norte-americanos que, depois de serem batidos em produtividade pela Europa e Japão reconstruídos, rasgaram Bretton Woods e acabaram por transformar o turbinado endividamento norte-americano, os déficits gêmeos (fiscal e comercial), no motor da financeirização global.

Os países vendiam para os EUA, mas tinham que usar os dólares para comprar títulos do Tesouro e para especular em Wall Street, o que depois se sofisticou nos derivativos e demais papéis podres, até a casa cair em 2008.

A ganância, o lucro a curtíssimo prazo, o Estado Mínimo, o corte de direitos, a concentração de renda e o offshoring – o deslocamento para o exterior das fábricas – vieram no pacote. No lugar da prevalência das economias nacionais, as cadeias globais de suprimento, em torno dos monopólios dos países ricos, livre trânsito para os capitais vadios, impostos mínimos para os cartéis e paraísos fiscais.

Agora Trump reconta essa história, alegando que os EUA "perderam mais de 3 milhões de empregos na indústria, quase um quarto de todos os empregos no setor do aço e 60 mil fábricas depois que a China entrou na OMC" e acumularam "US\$ 13 trilhões em déficits comerciais nas últimas duas décadas".

"Não toleraremos mais esse abuso", disse ele, como se a GM, hoje, não vendesse mais carros na China do que nos EUA, e não houvesse partido da Apple a decisão de fazer o projeto "na Califórnia" e montar na China. Sua reiteração da guerra comercial contra a China no discurso levou as bolsas a caírem.

Para o ex-presidente Jimmy Carter, a explicação da reviravolta é que, enquanto os EUA estiveram literalmente rasgando dinheiro em guerras inúteis desde que normalizou as relações diplomáticas com Pequim no governo dele, a China desenvolvia a indústria e a infraestrutura e deixava a pobreza para trás. Tornou-se a 'fábrica do mundo' e está a caminho de dominar as tecnologias de ponta. Manteve estatais os setores estratégicos e os bancos e desde o crash é responsável por 30% do crescimento do PIB global.

DECLÍNIO

Quando ao declínio na capacidade de produzir e inovar dos EUA, de que a recente crise da Boeing, com seu 737 Max aterrado no mundo inteiro, é expressão, não se deve ao "roubo" da tecnologia – ao contrário, como no caso da Huawei e do 5G. Que tem quase metade das patentes dessas redes de alta velocidade a nível internacional e por custo menor, enquanto os EUA ficaram completamente para trás.

A defesa dos interesses das Sete Irmãs foi tema recorrente no discurso de Trump.

Primeiro, abriu as baterias contra o Irã, ao qual acusou de ser o "maior fomentador do terrorismo no mundo", declaração que deve ter causado ciúmes na sede da CIA e na capital saudita.

ANTONIO PIMENTA
Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Onde mora o Diabo - ou a máquina de espoliar incautos e desesperados - 2

Continuação da edição anterior

Jesus Cristo, no sexto capítulo do Evangelho de Mateus: (...) “Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou odiará a um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e à riqueza”

CARLOS LOPES

“O Gaeco sustenta que foi esse o esquema usado pela igreja para comprar, por exemplo, a TV Record do Rio de Janeiro (em 1992, por 20 milhões de dólares) e a TV Itajaí, de Santa Catarina. Ao todo, o império de comunicação da Universal reúne 23 emissoras de TV, 42 emissoras de rádio e outras 12 empresas. O do bispo prospera na mesma medida. Em 2007, ele se esmerava na construção de uma casa de 2.000 metros quadrados em Campos do Jordão (SP), no valor de 6 milhões de reais. Naquele tempo, já era proprietário de outra casa na mesma cidade, comprada nove anos antes por 600.000 dólares. Some-se a isso os imóveis de Miami e não restará dúvida de que Macedo é um abençoado. Resta saber se à luz da lei tanta prosperidade também poderá ser comemorada” (v. **MP acusa Universal de lucrar com fiéis**, Veja 14/08/2009).



Como escreveu o apóstolo Paulo:

“Aqueles que ambicionam tornar-se ricos caem nas armadilhas do demônio e em muitos desejos insensatos e nocivos, que precipitam os homens no abismo da ruína e da perdição. Porque a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro” (**Primeira Epístola a Timóteo**, 6, 9-10).

Ou o próprio Jesus Cristo:

“E, pondo-se a caminho, correu para ele um homem, o qual se ajoelhou diante dele, e lhe perguntou: Bom Mestre, que farei para herdar a vida eterna?”

“E Jesus lhe disse: Por que me chamas bom? Ninguém há bom senão um, que é Deus. Tu sabes os mandamentos: não comerás adúlterio; não matarás; não furtarás; não dirás falsos testemunhos; não enganarás alguém; honra a teu pai e a tua mãe.

“Ele, porém, respondendo, lhe disse: Mestre, tudo isso guardo desde a minha mocidade. “E Jesus, olhando para ele, o amou e lhe disse: Falta-te uma coisa: vai, vende tudo quanto tens, e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me.

“Mas ele, pesaroso desta palavra, retirou-se triste: porque possuía muitas propriedades.

“Então Jesus, olhando em redor, disse aos seus discípulos: Quão facilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas!

“E os discípulos se admiraram destas suas palavras; mas Jesus, tornando a falar, disse-lhes: Filhos, quão difícil é, para os que confiam nas riquezas, entrar no reino de Deus! É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus (**Evangelho Segundo Marcos**, 10,17-25).

Ou, também Jesus Cristo, no sexto capítulo do **Evangelho de Mateus**:

“Não ajunteis para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e as traças corroem, onde os ladrões furtam e roubam.

“Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou odiará a um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro.

“Não podeis servir a Deus e à riqueza.”

O FIM DA TEOLOGIA

Pois o sr. Edir Macedo, expressão mais acabada, no Brasil, do que o pastor Paulo Romeiro chamou de terceira onda neopentecostal, inventou – é verdade que copiando alguns norte-americanos, que secretaram essa “teologia” desde os anos 40 do século passado – uma suposta religião que é baseada no dinheiro – isto é, no afã de enriquecer de alguns indivíduos que se aproveitam da boa fé (e, sobretudo, do desespero) do próximo, embora se apresente como a chave para o enriquecimento de todo aquele que faz “ofertas” e paga o “dízimo”.

Tudo é uma questão de dinheiro, inclusive a relação com Deus. Nas palavras do próprio



Bolsonaro, ao lado do bispo Edir Macedo, em visita ao Templo de Salomão (Foto: Alan Santos/PR - Agência O Globo)

de Edir Macedo:

“Comece hoje, agora mesmo, a cobrar d’Ele [de Deus] tudo aquilo que Ele tem prometido (...) O ditado popular de que ‘promessa é dívida’ se aplica também para Deus. Tudo aquilo que Ele promete na sua palavra é uma dívida que tem para com você (...) Dar dízimos é candidatar-se a receber bênçãos sem medida, de acordo com o que diz a Bíblia (...) Quando pagamos o amor a Deus, Ele fica na obrigação (porque prometeu) de cumprir a Sua Palavra, reprimendo os espíritos devoradores (...) Quem é que tem o direito de provar a Deus, de cobrar d’Ele aquilo que prometeu? O dízimista! (...) Conhecemos muitos homens famosos que provaram a Deus no respeito ao dízimo e se transformaram em grandes milionários, como o sr. Colgate, o sr. Ford e o sr. Caterpillar” (cf. Edir Macedo, *Vida com Abundância*, Rio, 1990, cit. in Etianê Caloy Bovkalovski de Souza, **“A imagem do Diabo nos livros de Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus”**, UFPR, 2000).

Quem será o “sr. Caterpillar”? Pelo jeito, Macedo ignorava que “caterpillar” (lagarta) deu nome à conhecida multinacional porque ela fabricava (e fabrica) tratores sobre lagartas, isto é, esteiras...

Porém, Macedo também tem um exemplo brasileiro:

“Deus quer que nós sejamos cabeça, não rabo. (...) Não precisa nem crer em Deus para ser um cabeça. Nós estávamos conversando ainda outro dia com o Paulo Maluf e ele me falou: ‘Bispo Macedo, meu pai chegou aqui neste país com o dinheiro para comer apenas um sanduíche pela manhã e um sanduíche à tarde. Hoje nós temos uma das grandes fábricas deste país, nós somos ricos, abençoados e tal’ (idem).

Macedo, aliás, também enunciou o princípio teológico de que basta um corrupto se arrepender para ser perdoado por Deus. Já no século XVII, o padre Antonio Vieira, no **Sermão do Bom Ladrão**, descobriu que o corrupto, para ter esse perdão, teria que, pelo menos, devolver o que roubara.

Porém, se a relação com Deus for uma relação de suborno, essa exigência deixa de existir.

Nesse momento, qualquer teologia passa a atralhar a “teologia da prosperidade” do sr. Macedo. Daí a dissolução, por Macedo, da sua própria faculda-

de de teologia:

“A [IURD] manteve por alguns anos a Faculdade Teológica Universal do Reino de Deus (Faturd), que funcionava no Rio de Janeiro e oferecia cursos básico (com três anos de duração) e de bacharelado em teologia (quatro anos). Mas ela foi extinta quando Macedo se deu conta de que, para atingir seus ambiciosos objetivos expansionistas, a formação teológica, além de inútil, provavelmente dissiparia seu fervor e os distanciaria dos interesses concretos e das necessidades imediatas dos fiéis. Ele não apenas extinguiu a faculdade teológica como, para demonstrar sua aversão à erudição teológica, publicou *A libertação da teologia*, livro em que critica o ‘cristianismo de muita teoria e pouca prática; muita teologia, pouco poder; muitos argumentos, pouca manifestação; muitas palavras, pouca fé’. Perspectiva compartilhada por seu cunhado [Romildo] Soares, para o qual ‘os melhores pastores não saem dos seminários’. ‘Pastor’, a seu ver, ‘é que nem jogador de futebol. Eles não saem das escolinhas; eles surgem, aparecem. Depois, só precisam ser lapidados’. Para Macedo e Soares, o bom pastor é aquele que propicia os melhores resultados numéricos e financeiros à igreja” (cf. Ricardo Mariano, op. cit., pp. 127-128).

A “teologia da prosperidade”, portanto, redundando no fim de qualquer teologia, na medida em que a atividade religiosa é substituída pela atividade de despenar incautos e desesperados.

TÉCNICAS

Edir Macedo, apesar da pretensão de subornar Deus (v. acima), até agora, pelo que sabemos, não conseguiu.

Quanto a espoliar incautos, ele até mesmo desenvolveu técnicas para maior eficiência: “Um vídeo (...) mostra o bispo Macedo – de camiseta cavada e calção azul – no centro de um campo de futebol, em um hotel de Salvador (BA), ao lado de bispos e pastores. Macedo dá uma verdadeira aula de marketing econômico/religioso.

“Não pode ser mole, não pode ter vergonha nem ser humilde assim... Tem que chegar; se impor e dizer: Ó, pessoal, você vai ajudar agora na obra de Deus e se você quiser ajudar, amém. Se você não quiser, Deus vai mandar outra pessoa para ajudar, amém. **Se não quiser, que se**

dane!... ou dá ou desce!”

“Falando alto e firme, gesticulando muito, Macedo tenta convencer os pregadores da necessidade de mostrar firmeza aos fiéis.

“Se você mostrar aquela maneira chocha, o povo não vai confiar; não vai dar nada para você.” (...)

“O bispo Macedo então passa a relatar técnicas de convencimento que vem desenvolvendo com sucesso nos Estados Unidos. Ele mostra como o ato de jogar a Bíblia no chão impressiona a audiência.

“Eu fiz isso, eu peguei a Bíblia e disse: ou Deus honra esta palavra ou joga ela fora. (...) Isso chama a atenção. Esse aí, esse aí (imita a voz de um fiel impressionado com a performance) briga até com Deus!”

“Na seqüência, o líder da Universal explica como agir com os descrentes:

“Tem gente que diz: Eu estou cansado de ler a Bíblia e não vejo nada acontecer na minha vida. Ai, esse fica do nosso lado. Então, ele vai lá e pá, põe tudo (imita gesto de jogar dinheiro). Quem embarcar nessa vai ser abençoado, quem não embarcar, não vai. Quem quiser dar, dá. Quem não quiser, não dá. Mas tem um montão que vai dar: O povo quer ver o pastor brigando com o demônio.

“O vídeo termina com Macedo dando sua versão sobre o segredo do sucesso da Universal.

“O padre é humilde e ninguém dá nada por ele. Fica com aquela maneira assim (encolhe os ombros, cruzando os braços) e nós vamos lá e bota (sic) pra quebrar, vira cambalhota, é isso aí! Nós não podemos ter medo. Vamos perguntar nos cultos quem quer ter o cajado de Moisés para vencer na vida e até tirar água da rocha, como ele tirou no mar Vermelho. Então você tem, é a sua fé!” (cit. in Leandro Ferraz Pereira, **Teologia da Prosperidade: a Igreja Universal do Reino de Deus e seus discursos na Folha Universal (2007-2009)**, UFU, Uberlândia, 2009).

Apesar de seu repúdio à teologia, Macedo é autor de uma importante inovação na exegese dos Evangelhos – segundo ele, Jesus tinha por parâmetro, veja só o leitor, **o mercado**:

“A oferta é estimulada pela crença na recompensa multiplicada. O Senhor Jesus nos ensina isso quando diz: ‘Dai, e dar-se-vos-á’ (Lucas 6.38). Como seria o retorno econômico?”

Dez vezes maior? Vinte? Trinta? Quanto? O Senhor não estipula números; Ele apenas menciona um resultado crescente: “(...) dar-se-vos-á; boa medida, recalcada, sacudida, transbordante, generosamente vos darão” (Lucas 6.38). Quando Ele profetizou tais palavras, **Seus olhos estavam voltados para o mercado**” (cit. in Leandro Ferraz Pereira, op. cit., grifo nosso).

Não se sabe, então, por que Jesus Cristo não aderiu aos vendilhões do templo, ao invés de descer a chibata neles, tal como o fez (nas palavras do apóstolo João: “[Jesus] expulsou a todos do templo, as ovelhas bem como os bois, derramou pelo chão o dinheiro dos cambistas, virou as mesas e disse aos que vendiam as pombas: Tirai daqui estas coisas; não façais da casa de meu Pai uma casa de negócio”).

O autor do trabalho acima resume assim a “teologia” de Macedo:

“A relação que o fiel estabelece com Deus se concretiza por meios financeiros, este só cumpre a promessa da felicidade se houver uma troca monetária. Caso contrário, este mesmo Deus provedor de benesses torna-se cruel, deixando o fiel entregue a sanha do demônio.”

Trata-se de uma síntese apropriada.

DEUS E O DIABO

O sr. Macedo teve alguns problemas após o episódio em que, na TV, um de seus principais subordinados na época, Sérgio Von Helder, chutou várias vezes a imagem de Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro de 1995, dia em que os católicos comemoravam essa santa, aliás, padroeira do Brasil.

O autor dos chutes foi contemplado por Macedo com uma transferência para os EUA – onde o próprio Macedo reside.

Mas é algo marcante – tanto assim que é lembrado hoje, apesar de ter acontecido há 23, quase 24 anos.

De lá para cá, Macedo se caracterizou por uma – nada comum no Brasil – intolerância religiosa, em geral dirigida contra religiões afro-brasileiras, e por processos em que foi denunciado por lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão de divisas.

Mas tem conseguido escapar dessas acusações.

Entretanto, a questão, aqui, não é essa, mas o tipo de gente que Bolsonaro ainda reúne em torno de si.